

**CARTA ANUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

2025 - Ano Base 2024



Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Em conformidade com o art. 8º, inciso I, III e VIII, da Lei 13.303/16, o Conselho de Administração do Banco do Nordeste subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social do ano de 2024.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ	07.237.373/0001-20
Sede	Fortaleza/Ceará
Tipo de Estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador	União, por meio do Tesouro Nacional
Tipo Societário	Sociedade Anônima
Tipo de Capital	Aberto
Abrangência de Atuação	Regional
Setor de Atuação	Financeiro
Diretor Financeiro	Wanger Antônio de Alencar Rocha
Audidores Independentes atuais da empresa	Nome: <i>PRICE WATER HOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA - PwC</i> Nome: Éder Batista de Almeida <i>E-mail:</i> eder.almeida@pwc.com Fone: (61) 98369-6400
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual	Adauto Modesto Junior Lindemberg de Lima Bezerra Luiz Alberto da Silva Júnior Olavo Rebêlo de Carvalho Filho Paulo Henrique Saraiva Câmara Romildo Carneiro Rolim Sávia Gavazza dos Santos
Administradores subscritores da Carta Anual	Paulo Henrique Saraiva Câmara Cargo: Presidente
Data de divulgação	30/05/2025



Índice

1. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	5
1.1 Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais	5
1.2 Obrigações e Responsabilidades relativas às Políticas Públicas	7
1.2.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).....	8
1.2.2 Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)	12
1.2.3 Plano Plurianual (PPA).....	12
1.2.4 Programa Agroamigo.....	13
1.2.5 Programa de Financiamento para MPE	16
1.2.6 Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter)	17
1.2.7 Crediamigo.....	21
1.3 Metas de Atividades que Atendam aos Objetivos de Políticas Públicas	22
1.4 Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas	33
1.5 Recursos para Custeio das Políticas Públicas	35
1.6 Outras Informações sobre Objetivos de Políticas Públicas.....	38
1.7 Compromissos do Banco do Nordeste em relação às Políticas Públicas.....	39
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA	43
2.1 Atividades Desenvolvidas.....	43
2.2 Assistência Médica e Previdenciária dos Funcionários do BNB.....	44
2.2.1 Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed).....	44
2.2.2 Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef)	44
2.3 Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Risco	45
2.3.1 Fatores de Risco.....	45
2.4 Dados Econômico-Financeiros	46
2.5 Políticas e Práticas de Governança Corporativa	47

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

2.6 Composição e Remuneração dos Administradores	48
2.7 Inovações em Governança Corporativa	49

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei nº 13.303/16, em seu art. 8º, incisos I, III e VIII, determina a explicitação dos compromissos para consecução de objetivos de políticas públicas pelas sociedades de economia mista. Isso visa atender ao interesse coletivo que justificou a autorização para sua criação, com uma definição clara dos recursos a serem empregados para tal fim. Além disso, exige-se a divulgação de informações relevantes, especialmente as relativas aos seguintes itens: atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, manifestação do Conselho de Administração sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa, bem como descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações estão detalhadas a seguir.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., sociedade anônima aberta de economia mista e personalidade jurídica de direito privado, é uma instituição financeira múltipla que atua como agente de desenvolvimento regional. Criado pela Lei Federal nº 1.649/52, o Banco do Nordeste é regido por seu estatuto social e pelas Leis nº 4.595/64, nº 6.404/76 e nº 13.303/16, além de Decreto regulamentador e das demais legislações pertinentes.

Sediado em Fortaleza, capital do estado do Ceará, o Banco possui domicílio oficial na cidade e estrutura sua atuação por meio de uma ampla rede de atendimento, que inclui agências, sucursais, filiais, escritórios, representações e correspondentes. Essa rede está presente em diversas praças da Região Nordeste, em outras regiões do país e, quando necessário, no exterior, sempre respeitando os requisitos legais vigentes.

A área de atuação do Banco do Nordeste abrange a Região Nordeste e estende-se ao norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Essa delimitação territorial segue as disposições legais pertinentes, garantindo que o Banco cumpra seu papel estratégico de fomentar o desenvolvimento econômico e social nessas áreas prioritárias.

Com uma trajetória marcada pelo compromisso com o progresso regional, o Banco do Nordeste desempenha um papel fundamental na promoção de políticas públicas e no apoio ao setor produtivo, contribuindo para a redução das desigualdades e o fortalecimento da economia local.

O interesse público que orienta o Banco do Nordeste é evidenciado tanto pela lei que o criou quanto por sua missão institucional, que é “Atuar como o banco de desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo”. A visão do Banco, por sua vez, é “Ser o banco preferido da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”.

A missão e a visão do Banco concretizam-se por meio da execução de políticas e programas estrategicamente concebidos com o objetivo socioeconômico de melhorar a vida das pessoas, inserindo-as no campo produtivo e permitindo-lhes viver com maior dignidade.

Por atuar em áreas de grande carência econômica, como o semiárido, a ação do Banco está focada na busca de soluções para as grandes questões de desenvolvimento regional, na transformação do Nordeste e na sua participação mais efetiva no cenário socioeconômico nacional. Esses são os maiores desafios e principais alvos das políticas do Banco. Assim, atua na ampliação de oportunidades, fortalece os agentes produtivos, produz impactos que

atendem aos interesses da sociedade nordestina, gera empregos, proporciona a melhoria da renda das famílias e promove a inclusão social e financeira.

Em 2024, o Banco do Nordeste finalizou o ano com 294 agências, 716 unidades de microcrédito, sendo 489 unidades de microcrédito urbano e 227 unidades de microcrédito rural, totalizando 1.010 pontos físicos de atendimento.

Como banco de desenvolvimento regional múltiplo, o Banco do Nordeste está focado nos seguintes papéis:

- a) Ser agente financiador do setor produtivo e da infraestrutura socioeconômica regional;
- b) Ser promotor da captação de recursos nacionais e internacionais e de investimentos produtivos para a Região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- c) Ser executor de políticas governamentais, buscando maior interação com o Governo Federal, os estados e os municípios;
- d) Ser agente integrador e parceiro das entidades estatais, do setor produtivo, organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil, na implementação de políticas públicas na Região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- e) Ser promotor e participante de programas de desenvolvimento regional e territorial que visem o aumento da competitividade nos setores da agropecuária, indústria e comércio e serviços;
- f) Ser produtor e fomentador de estudos e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é o principal instrumento de política pública federal operado pelo Banco do Nordeste. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento do Governo Federal, possibilitando, dessa forma, a redução da pobreza e das desigualdades da Região. Provido por recursos federais, o FNE financia investimentos de longo prazo, capital de giro e custeio.

Os recursos do Fundo são adicionais para o Nordeste e não substituem outros fluxos financeiros do Governo Federal, de órgãos repassadores ou do próprio Banco do Nordeste. A operacionalização do FNE respeita diversas diretrizes legais, incluindo:

- Destinação de pelo menos metade dos ingressos de recursos para o semiárido;
- Ação integrada com as instituições federais sediadas na Região;
- Tratamento preferencial aos micro e pequenos empreendedores;
- Preservação do meio ambiente;
- Conjugação do crédito com a assistência técnica;
- Democratização do acesso ao crédito;
- Apoio às atividades inovadoras.

Informações adicionais sobre o histórico e as atividades desenvolvidas pelo Banco do Nordeste podem ser consultadas nas seções 6 e 7 do [Formulário de Referência](https://www.bnb.gov.br/web/guest/acesso-a-informacao/receitas-e-despesas), disponível: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/acesso-a-informacao/receitas-e-despesas>.

1.2 Obrigações e Responsabilidades do Banco do Nordeste relativas às Políticas Públicas

O Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto com a carteira de crédito imobiliário. Atende às empresas de todos os portes e aos diversos segmentos, em suas atividades produtivas, como *corporate*, grandes, médias, micro e pequenas empresas (MPEs), além do setor rural, que inclui agronegócio, pequenos, miniprodutores rurais e agricultura familiar, setor industrial, infraestrutura comercial e serviços. O portfólio do Banco também inclui microfinanças por meio dos programas Crediamigo, para microcrédito urbano, e Agroamigo, para microcrédito rural. Seu leque de clientes abrange ainda os segmentos Pessoa Física e Governo, esse último englobando instituições do setor público, tanto da administração pública direta quanto indireta.

O Banco do Nordeste oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os diversos segmentos da economia, atendendo empreendedores de todos os tamanhos - do vendedor informal e do pequeno agricultor familiar ao grande empresário dos setores de indústria, comércio e serviços.

Como instituição voltada ao desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua na execução de políticas públicas. É o responsável pela administração do FNE, principal fonte de recursos para financiamentos de longo prazo, e pela operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. Além disso, opera como agente do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

As obrigações assumidas pelo Banco para atender ao interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas 16.a e 20.g das Demonstrações Financeiras do exercício de 2024. Informações adicionais sobre os principais produtos e serviços oferecidos pelo Banco do Nordeste podem ser encontradas na Seção 1 do Formulário de Referência. O documento está disponível no *site* do Banco do Nordeste, em <https://www.bnb.gov.br/web/guest/acesso-a-informacao/receitas-e-despesas> - [Formulário de Referência](#).

No caso específico do FNE, os produtos contemplam basicamente operações de crédito para financiamento de longo prazo. No entanto, os demais serviços estão disponíveis para atendimento complementar às necessidades dos beneficiários do FNE. Esses produtos são os seguintes: i) crédito (e outras fontes), ii) aplicações e investimentos, iii) seguros, iv) transações e serviços e v) serviços especializados. Para cada categoria de produtos e serviços, existem diversas linhas que atendem às necessidades específicas dos clientes prioritários do Banco.

O Banco do Nordeste desenvolve atividades que atendem às políticas públicas e ao seu objeto social, conforme artigos 3º e 4º, do seu [Estatuto Social](#):

Art. 3º. O Banco tem por objeto social a promoção do desenvolvimento e a circulação de bens por meio da prestação de assistência financeira, de serviços, técnica e de capacitação a empreendimentos de interesse econômico e social.

§1º. Poderá o Banco praticar todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, prestar consultoria de valores mobiliários, serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob as suas múltiplas formas e o exercício de administração de carteiras de valores mobiliários e de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive realizar operações relacionadas com a emissão e a administração de cartões de crédito.

§2º. Como instrumento de execução da política creditícia do Governo Federal, compete ao Banco exercer as atribuições que lhe forem conferidas em lei, especialmente aquelas previstas no Decreto-Lei nº. 1.376, de 12/12/1974 e na Lei nº 7.827, de 27/09/1989.

§3º. O Banco poderá promover em todos os municípios da sua área de atuação, ações destinadas a fomentar o desenvolvimento local, micro e mesorregional, buscando estimular a organização social da comunidade e a formação das cadeias produtivas.

§4º. O Banco poderá prestar serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento de atividades econômicas e financeiras, de políticas públicas, de previdência e de outras matérias relacionadas com sua área de atuação, diretamente ou mediante convênios e termos de parceria com outras entidades ou empresas.

§5º. Observadas as disposições legais, o Banco poderá constituir e manter subsidiárias, bem como participar de associações e empresas para operações de microcrédito, cartões, seguros e nos mercados de ações e imobiliário, de processamento de dados, de desenvolvimento de tecnologia da informação, de pesquisas, treinamento, assistência técnica e outros assemelhados.

§6º. O Banco estimulará pesquisa científica, tecnológica, econômica e social, e apoiará atividades socioambientais e culturais, diretamente e/ou em parceria com outras entidades.

§7º. A contratação de financiamentos de interesse governamental e a execução de programas oficiais, mediante a aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza, fica condicionada conforme o caso: a) à colocação dos recursos correspondentes à disposição do Banco e ao estabelecimento da devida remuneração; b) à prévia e formal definição da remuneração dos recursos a serem aplicados em operações objeto de equalização entre os custos de captação do Banco e os encargos financeiros cobrados do tomador; e c) à prévia e formal definição da remuneração pelos serviços prestados, a qual nunca poderá ser inferior aos custos neles incorridos.

Art. 4º. O Banco manterá, com recursos próprios, órgão técnico de estudos econômicos, ficando autorizado a aceitar contribuições de entidades públicas e privadas, bem como a: I - atribuir a instituições, órgãos ou técnicos especializados a execução parcial de estudos e pesquisas; II - celebrar convênios e termos de parceria para a realização de estudos, pesquisas e outras atividades de interesse mútuo, com entidades públicas e privadas; III - cooperar com outros órgãos e entidades vinculados aos problemas da Região para a execução de projetos que contribuam para o seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Os recursos dos fundos constitucionais de financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que estabelece parâmetros para o plano de aplicações dos fundos constitucionais, relativos à distribuição espacial dos financiamentos. A PNDR prioriza áreas específicas, como o semiárido, as mesorregiões diferenciadas e as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides). Nestas regiões, desenvolvem-se projetos alinhados com a agenda do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel).

1.2.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O FNE foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei no 7.827, de 27/09/1989, sendo constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da

sua área de atuação, que inclui a Região Nordeste e municípios do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação como banco de desenvolvimento da Região Nordeste, apoiando empreendimentos, por meio de políticas públicas que impactam positivamente as comunidades urbanas e rurais da Região, utilizando sua ação creditícia e de fomento às atividades produtivas.

Assim, busca suprir grande parcela da lacuna referente ao crédito, por meio do FNE, contribuindo para a transformação do cenário econômico regional e favorecendo a redução das desigualdades econômicas, espaciais e sociais.

A ação de crédito com recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio às áreas prioritárias para o desenvolvimento regional. Constitui-se como política pública de financiamento, com uma programação anual de aplicação definida pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condol/Sudene). Essa programação é proposta de maneira participativa pelo Banco do Nordeste, em conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), além de representações dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados.

Ao promover o desenvolvimento da Região Nordeste e de partes dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Banco do Nordeste, especialmente por meio do FNE, atua como catalisador das demandas creditícias provenientes de políticas públicas nacionais e locais.

Baseado na Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos no montante de R\$ 44,80 bilhões, cuja distribuição por estado está detalhada na Tabela 1 a seguir. A distribuição de recursos por Unidade da Federação é decidida pelo MIDR/Condol/Sudene. Vale destacar a ampla cobertura espacial das aplicações do FNE, com registros de contratações em todos os municípios da Área de Atuação da Sudene (AAS).

Tabela 1 - BNB/FNE - 2024: Financiamentos por Estado

UF	Programado		Realizado	
	Valor (R\$ milhões)	% Rateio	Valor (R\$ milhões)	% Rateio
AL	2.145,81	5,4	2.182,84	4,9
BA	8.449,52	21,2	10.566,49	23,6
CE	5.389,59	13,5	6.633,43	14,8
ES	760,43	1,9	661,52	1,5
MA	4.237,03	10,6	5.350,57	11,9
MG	2.542,27	6,4	3.299,81	7,4
PB	2.772,83	7,0	3.020,62	6,7
PE	4.789,65	12,0	4.642,47	10,4
PI	3.900,92	9,8	4.180,42	9,3
RN	2.804,67	7,0	2.572,49	5,7
SE	2.094,28	5,3	1.694,83	3,8
Total Geral	39.887,00	100,0	44.805,49	100,0

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

A alocação dos recursos do FNE, em termos de público beneficiário, áreas prioritárias e setores econômicos, está vinculada ao cumprimento dos objetivos do Fundo, às necessidades dos estados e aos resultados esperados da atuação do Banco do Nordeste como operador e administrador dessa fonte de financiamento.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

O FNE alcançou ampla abrangência geográfica em 2024, com 100% dos 2.074 municípios recebendo ao menos uma operação de financiamento. A Bahia liderou as contratações, com R\$ 10,56 bilhões, seguida pelo Ceará, com R\$ 6,63 bilhões, e o Maranhão, com R\$ 5,35 bilhões. Observa-se um esforço para direcionar recursos a Alagoas (4,9%), Sergipe (3,8%) e Espírito Santo (1,5%), estados com histórico de menor participação no rateio, com o objetivo de elevar a performance desses estados a pelo menos 5%, exceto o Espírito Santo, cujo objetivo era manter-se em 1,5%.

A alocação de recursos do FNE por setor econômico priorizou o setor rural (agricultura e pecuária), com R\$ 19,21 bilhões, em contratações. Em seguida, estão os setores de: Comércio e Serviços: R\$ 12,21 bilhões, Infraestrutura: R\$ 7,64 bilhões, Indústria: R\$ 2,75 bilhões, Turismo: R\$ 1,40 bilhão. Os recursos restantes foram destinados aos setores de Agroindústria e Pessoa Física, incluindo Crédito Estudantil, via FNE P-Fies e projetos de Mini e Microgeração de Energia Fotovoltaica, via FNE Sol.

Na apuração da execução do FNE, sob o prisma dos setores de atividade econômica foram contratados R\$ 19,21 bilhões para o Setor Rural (Agricultura e Pecuária). Para os demais setores econômicos, o montante contratado totalizou R\$ 25,59 bilhões, incluindo os setores de Comércio e Serviços, Indústria, Agroindústria, Turismo, Infraestrutura e Pessoa Física.

Tabela 2 - FNE: Contratações por Setor Econômico

Setor	2023		2024		Variação % Valor 2024/2023
	Quantidade	Valor (Milhões)	Quantidade	Valor (Milhões)	
Rural ⁽¹⁾	617.611	17.782,48	719.148	19.218,40	8,07
Comércio e Serviços	375.681	10.044,13	851.948	12.216,02	21,62
Infraestrutura	238	11.971,76	224	7.643,59	-36,15
Turismo	1.450	752,14	1.642	1.403,30	86,57
Industrial	10.247	2.624,45	19.666	2.757,39	5,07
Agroindustrial	430	307,94	647	1.371,77	345,46
Pessoa Física ⁽²⁾	5.832	190,19	6.706	195,02	2,54
Total	1.011.489	43.673,09	1.599.981	44.805,49	2,59

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento / Notas: ⁽¹⁾ Rural - engloba os setores Agricultura e Pecuária

⁽²⁾ Pessoa Física - engloba os setores PF - Energia e PF - FIES

A execução da programação do FNE está alinhada à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que visa apoiar subespaços regionais com o objetivo de reduzir desigualdades e promover a equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento.

No segundo semestre de 2024, observou-se um crescimento expressivo em relação ao mesmo período de 2023, especialmente em setores estratégicos da economia nordestina. Destacou-se o aumento na agroindústria, com um incremento superior a 345%, refletindo uma expansão significativa. O setor de turismo também cresceu de forma notável, com um aumento de 86,57%, enquanto a indústria registrou um avanço de 5,07%. Esses dados

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

indicam uma retomada econômica e a geração de empregos e renda nesses segmentos. Paralelamente, o setor de comércio e serviços, um importante indicador da vitalidade econômica regional, apresentou um crescimento de 21,62%.

O setor rural manteve sua trajetória positiva, impulsionado pelo Plano Safra e pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com destaque especial para o Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar (PNSMAF), que contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Região.

Os investimentos em infraestrutura atingiram R\$ 7,64 bilhões, o que corresponde a 89,5% da meta anual, com destaque para energia solar, que recebeu R\$ 3,53 bilhões, e saneamento básico, com R\$ 1,64 bilhão. Os financiamentos voltados para as microrregiões prioritárias - municípios de baixa e média renda -, em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), totalizaram R\$ 37,14 bilhões, representando 82,9% do total de recursos do FNE em 2024. As Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Rides) receberam um montante de R\$ 1,69 bilhão, ultrapassando a meta anual estabelecida de R\$ 1,14 bilhão.

A atuação do Banco do Nordeste na operacionalização dos recursos do FNE é acompanhada de forma sistemática pelos órgãos administradores da Sudene e do MIDR. Esse acompanhamento ocorre por meio do repasse mensal de informações e através de reuniões periódicas de monitoramento, evidenciando um forte compromisso institucional com a gestão desses recursos públicos, em consonância com as decisões do Condel/Sudene.

Além da distribuição por Unidade da Federação (UF), a PNDR orienta a distribuição espacial dos recursos do FNE. Nesse contexto, R\$ 28,71 bilhões, equivalentes a 64,1% do total de recursos aplicados, foram destinados aos empreendimentos localizados no Semiárido, conforme detalhado na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - FNE: Contratações no Semiárido por UF

UF	Quantidade	Valor (R\$ milhões)
AL	41.425	727,78
BA	248.509	7.719,12
CE	295.722	5.407,69
ES	352	59,27
MA	19.579	539,14
MG	108.983	3.030,10
PB	103.475	1.888,33
PE	141.050	3.236,98
PI	159.100	3.430,71
RN	75.148	1.788,22
SE	32.886	886,62
Total	1.226.229	28.713,97

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Ao aplicar os recursos em conformidade com as regras e prioridades estabelecidas por esses órgãos, o Banco do Nordeste reafirma o seu compromisso desenvolvimentista, continuando firme no apoio às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, utilizando sua ação creditícia para impulsionar os programas de financiamento alinhados com as diretrizes institucionais.

1.2.2 Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

O patrimônio líquido do Finor atingiu, no exercício de 2024, o valor de R\$ 2,61 bilhões, apresentando um acréscimo de 25,2% em relação a 2023. Esse aumento se deve principalmente ao cancelamento de reservas para aplicação conforme o Art. 9º. da Lei Nº 8.167/1991, além da remuneração incidente sobre os recursos do Fundo, que estão depositados no Banco, mas ainda não foram liberados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). A receita com a taxa de administração sobre a carteira do Finor totalizou R\$ 52,9 milhões no mesmo período, representando um acréscimo de 30,9% em relação ao ano de 2023.

1.2.3 Plano Plurianual (PPA)

O Banco do Nordeste, em alinhamento à sua responsabilidade institucional, desempenha papel de agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da concessão de créditos alinhados aos programas, objetivos e metas previamente definidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e demais ministérios executores das políticas públicas.

No Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2024-2027, o Banco do Nordeste contribuiu, em 2024, para o alcance de objetivos e metas estabelecidos por meio de Ações Não Orçamentárias e Ações do Orçamento de Investimentos das Estatais.

Com relação às Ações Não Orçamentárias, o Banco do Nordeste participa de sete Programas do PPA com a concessão de crédito representada por nove iniciativas vinculadas.

A Tabela 4, a seguir, apresenta os valores realizados no ano de 2024, no âmbito do PPA.

Tabela 4 - Iniciativas do Banco do Nordeste no Âmbito do PPA - 2024

Exercício	Programa PPA ^(*)	Descrição	Valor	Valor	%
			Projetado	Executado	
			(R\$ mil)	(R\$ mil)	
2024	N1E6	Financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste	2.030.220	1.696.183	83,55%
2024	N1DB	Apoio creditício às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da Região Nordeste, norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (FNE)	4.568.947	5.533.670	121,11%
2024	N1B9	Financiamento à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico (FNE)	1.229.740	1.403.301	114,11%
2024	N1EB	Financiamento à Indústria (FNE)	4.142.260	2.757.396	66,57%
2024	N1EB	Financiamento ao Comércio e aos Serviços (FNE)	7.851.010	12.216.021	155,60%

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Exercício	Programa PPA(*)	Descrição	Valor	Valor	%
			Projetado	Executado	
			(R\$ mil)	(R\$ mil)	
2024	NIEC	Concessão de financiamento em 1º piso buscando atender diretamente aos micro negócios assessorando também os micro-empresendedores populares (Banco do Nordeste do Brasil)	11.200.000	12.051.491	107,60%
2024	NICA	Concessão de crédito para agricultores familiares – Banco do Nordeste do Brasil	8.837.893	9.590.350	108,51%
2024	N20C	Concessão de crédito aos produtores rurais (Pessoa física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil abrangendo recursos direcionados do FNE	8.190.062	9.586.861	117,05%
2024	NIEC	Incremento do volume de operações de financiamento à exportação (Banco do Nordeste do Brasil)	735.000	901.511	122,65%

(*) Código gerado automaticamente pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (Siop).

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Em 2024, conforme Tabela 4, das nove iniciativas vinculadas ao PPA, sete registraram desempenho superior ao projetado, demonstrando grande esforço do Banco para aplicações no âmbito do Plano governamental. Em duas delas, o valor executado ficou abaixo do valor projetado.

No financiamento à inovação, a inexistência de aplicações nos programas FNE/Inovação-Proinfra e Inovação-Comercial, e a redução, especialmente de aplicações para Inovação-Industrial, impactaram o resultado da iniciativa do segundo semestre de 2024, em relação ao mesmo período do ano passado, em quase R\$ 1,0 bilhão.

Importante destacar que operações de grande volume para inovação demandam um esforço de estruturação importante e são resultantes de uma junção de fatores que não se viabilizam no mesmo exercício financeiro, tanto que em 2024 restou estoque de propostas em carteira vinculadas aos programas de inovação, com montante superior a R\$ 1,0 bilhão.

Quanto ao financiamento à indústria, embora tenha se verificado no segundo semestre de 2024 um desempenho de 66,5% frente ao desempenho de 25,28% do primeiro semestre, o resultado anual ficou aquém do programado para 2024. Avalia-se que o setor pode estar tendo dificuldades de apresentar propostas compatíveis com os valores que se espera para a retomada de atividades do setor industrial, ou então não está conseguindo viabilizar a concretização de propostas de crédito, pela falta de tomada de decisão por parte de empresários para implementação de plantas industriais frente aos cenários existentes.

1.2.4 Programa Agroamigo

Além de promover o acesso ao crédito aos agricultores familiares, o Agroamigo desempenha um papel fundamental na geração e manutenção de emprego e renda para as famílias rurais, evitando o êxodo para os centros urbanos. Esse programa tem um impacto significativo na

economia das regiões rurais pois, ao financiar pequenos empreendimentos e atividades agropecuárias, impulsiona a produção local e fortalece a agricultura familiar.

O crescimento das operações e dos recursos contratados pelo Agroamigo demonstra a importância e o impacto positivo do Programa na vida dos agricultores familiares. Em 2024, o Programa Agroamigo alcançou a marca histórica de R\$ 8,6 bilhões aplicados, um aumento de 52% em relação ao ano anterior. Foram realizados mais de 688 mil financiamentos, com uma média de 2.600 contratos liberados por dia.

Os impactos desses investimentos na Região foram marcantes. A aplicação dos recursos gerou um total de R\$ 4,4 bilhões em Valor Bruto da Produção (VBP), um adicional de R\$ 2 bilhões em valor adicionado, um aumento de R\$ 843,7 milhões em remunerações (salários e contribuições sociais) e de R\$ 198 milhões em arrecadações (impostos sobre produto). Além disso, foram gerados ou mantidos 103,8 mil empregos na Região.

Um aspecto importante do Agroamigo é a equidade nos financiamentos, que reconhece e promove o empreendedorismo feminino. Com 49% dos clientes ativos sendo mulheres, o Programa tem contribuído significativamente para o empoderamento econômico das mulheres no campo, proporcionando-lhes oportunidades para desenvolver seus negócios e assegurar o sustento familiar. Somente em 2024, 51% dos financiamentos foram realizados por mulheres. Além disso, a presença das mulheres nesse Programa pode influenciar positivamente a dinâmica das comunidades rurais, promovendo uma maior equidade de gênero e fortalecendo o papel das mulheres na agricultura.

Em 2024, o IX Prêmio Banco do Nordeste de Microfinanças destacou-se na categoria Empreendedorismo Feminino, visando dar visibilidade ao trabalho das agricultoras familiares da Região, especialmente à capacidade das mulheres de gerar renda. A premiação proporcionou ampla exposição na mídia, constituindo-se em um fator de motivação significativo para as clientes do segmento.

O Agroamigo desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural. Além de fornecer crédito, o programa oferece orientação aos agricultores familiares, fortalece o empreendedorismo feminino e contribui para a geração de emprego, renda e inclusão financeira. É uma ferramenta essencial para garantir a permanência das famílias no campo e impulsionar a economia rural, ajudando a reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida nas regiões atendidas.

O Agroamigo além de oferecer crédito, fornece orientação, educação financeira e ambiental, auxiliando os agricultores a maximizar o uso dos recursos e a diversificar suas fontes de renda, sendo, portanto, essencial para a sustentabilidade das atividades rurais, especialmente em regiões vulneráveis como o semiárido.

Além disso, o Programa Agroamigo contribui significativamente para a segurança alimentar, pois promove a produção local de alimentos. Com o acesso ao crédito e ao suporte necessário, os agricultores familiares podem aumentar a produção de alimentos frescos e saudáveis, o que é crucial para reduzir a insegurança alimentar e abastecer mercados locais e regionais.

A atuação do Agroamigo está em sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de metas adotadas pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para orientar políticas públicas em questões cruciais para a humanidade. Especificamente, o Programa está alinhado com os seguintes ODS:

- Erradicação da Pobreza;
- Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- Igualdade de Gênero;

- Água Potável e Saneamento;
- Energia Limpa e Acessível;
- Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- Redução das Desigualdades;
- Consumo e Produção Responsáveis; e
- Parcerias e Meios de Implementação.

Esses alinhamentos destacam o papel do Agroamigo na promoção do desenvolvimento de forma equilibrada e sustentável.

Desse modo, a ação creditícia do Agroamigo incorpora diretrizes de desenvolvimento, inclusão social e equidade de gênero, estimulando a adoção, pelas unidades familiares, de práticas voltadas à sustentabilidade ambiental, tais como:

- metodologias produtivas regenerativas;
- convivência com o Semiárido;
- combate à desertificação;
- utilização de conectividade e inovação;
- uso de insumos e princípios de manejo agroecológico;
- tecnologias para sistemas orgânicos de produção ou em transição agroecológica;
- racionalização e adequação do uso dos recursos naturais;
- incentivo ao ecoturismo ou turismo ecológico sustentável; e
- indução à produção de energias limpas produzidas a partir de recursos renováveis, em especial, energia solar.

Sob essa ótica, o Agroamigo prioriza propostas de crédito que contemplem a incorporação de tecnologias de baixo custo, inovações tecnológicas para a redução do uso de agrotóxicos e o aproveitamento de tecnologias da biodiversidade. Além disso, incentiva técnicas para a transformação de resíduos de alguns processos produtivos em insumos para outros, promovendo um ciclo sustentável de produção.

Valorizando os compromissos com a questão ambiental, o Agroamigo implantou, em 2024, a prática de assinatura eletrônica nas propostas de crédito e de seguros, iniciativa que resultou na significativa redução de utilização de papel e materiais de impressão, refletindo um avanço rumo à digitalização e à sustentabilidade operacional do Programa.

Registra-se, inclusive, as ações implementados em 2024, dentre outras:

- Lançamento do Programete Fala Agroamigo, informativo aos clientes para divulgação nas rádios locais e por *WhatsApp*;
- Lançamento da Agenda do Produtor Rural 2024 – virtual e impressa;
- Criação da rota de visitas georreferenciadas no aplicativo Agente em Ação;
- Lançamento do Agroamigo Jovem para o público do Pronaf B;
- Lançamento da Maquininha do Agroamigo (em projeto piloto).

A continuidade e o fortalecimento do Agroamigo são essenciais para assegurar que os agricultores familiares da Região mantenham acesso aos recursos financeiros necessários para permanecerem e prosperarem no meio rural. Essa iniciativa promove a inclusão econômica e social, como também preserva a cultura e o modo de vida das comunidades rurais. Além disso, contribui significativamente para a manutenção da biodiversidade e a conservação dos recursos naturais. O Agroamigo, portanto, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais equitativa, próspera e sustentável.

1.2.5 Programa de Financiamento para MPE

Em 2024, o segmento de micro e pequenas empresas atingiu um valor significativo de R\$ 6,08 bilhões em contratações de operações de crédito, totalizando 48.148 operações abrangendo diversos setores da economia, conforme detalhado na Tabela 5. Esse desempenho representa um aumento de 4,5% no valor aplicado e de 8,4% na quantidade de operações realizadas, em comparação com o ano de 2023.

Tabela 5 - Contratações do Segmento MPE - Por Setor Econômico

Setor	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ Mil)	Percentual (%)
Comércio	25.164	2.220.736	36,48
Serviços	8.440	1.791.197	29,43
Indústria	14.162	1.424.168	23,40
Infraestrutura	129	604.476	9,93
Agroindústria	253	46.483	0,76
Total	48.148	6.087.060	100

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

A carteira de crédito do Banco do Nordeste destinada às micro e pequenas empresas é composta por um ativo com saldo líquido de R\$ 15,3 bilhões, englobando mais de 139 mil operações. Atualmente, contamos com mais de 266.004 empresas cadastradas, das quais 133.844 são microempresas e 132.160 são empresas de pequeno porte, representando 50,3% e 49,7%, respectivamente.

Do volume total de crédito contratado (R\$ 6,08 bilhões), 73,8% - equivalente a R\$ 4,08 bilhões - foi destinado para financiamento de investimentos, enquanto 26,2% - ou R\$ 1,44 bilhão - foram alocados para operações de capital de giro.

Em relação aos setores de atividade, o comércio (36,4%) e os serviços (29,4%) continuam sendo as áreas que mais demandam recursos do Banco para seus empreendimentos. Juntos, esses setores totalizaram R\$ 4,01 bilhões em valores aplicados.

Considerando apenas as operações realizadas com recursos do FNE, o montante total aplicado em 2024 foi de R\$ 5,53 bilhões, através de 31.586 negócios efetivados. Este valor representa um incremento de 1,7% em relação ao mesmo período de 2023.

É importante destacar que, do total aplicado no segmento de Micro e Pequenas Empresas, 57,4% foi destinado à região do semiárido. Isso reforça o papel do Banco do Nordeste no apoio ao desenvolvimento da Região Nordeste, além do norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Vale ressaltar que os números de aplicações junto ao segmento de Micro e Pequenas Empresas no ano de 2024 marcaram um novo recorde de contratações do Banco do Nordeste para esse público prioritário.

São diversas linhas de crédito, produtos e serviços criados para apoiar todas as necessidades desse público. Desde a implantação de novos empreendimentos até a expansão e modernização de negócios já existentes, o Banco do Nordeste oferece financiamentos para insumos, mercadorias, máquinas, equipamentos e veículos, além de móveis e utensílios. O

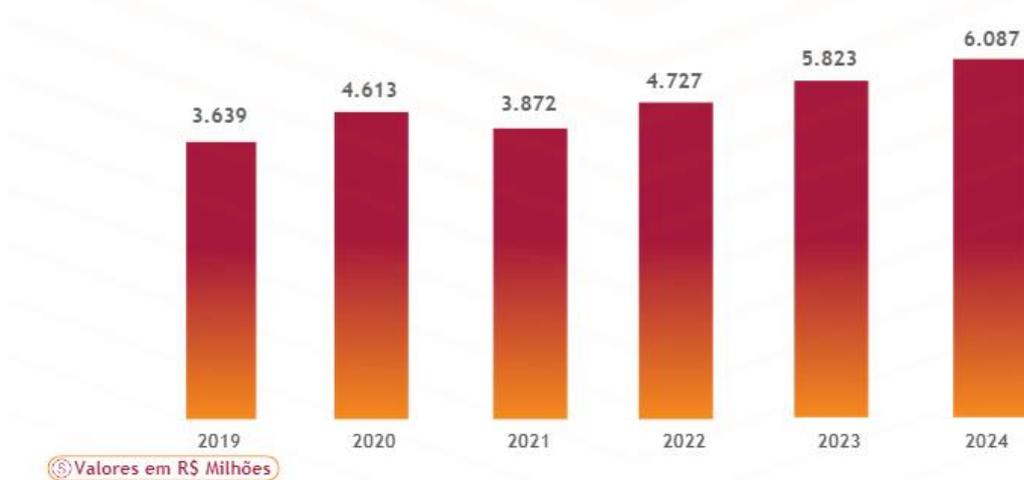
estímulo à inovação e à utilização de energias renováveis também faz parte do nosso portfólio de apoio.

O Banco do Nordeste executa as políticas de crédito do Governo Federal, como por exemplo, o Programa Acredita. Este programa visa facilitar o acesso ao crédito e promover o desenvolvimento das micro e pequenas empresas com um enfoque sustentável. Isso é alcançado por meio do fortalecimento do ambiente de negócios e do impulsionamento da atividade econômica.

A atuação do Banco do Nordeste no segmento de micro e pequenas empresas inclui um foco especial na inclusão financeira e social das mulheres empreendedoras, oferecendo condições de crédito diferenciadas para apoiar o empreendedorismo feminino.

O papel transformador do Banco do Nordeste possibilita a melhoria da qualidade de vida de milhões de empreendedores, promovendo a geração de emprego e renda, cidadania, além de fomentar a responsabilidade social e ambiental. Essas ações estão alinhadas com a diretriz estratégica de se consolidar como o banco preferido das Micro e Pequenas Empresas. Tal compromisso é evidenciado pela evolução das contratações ao longo dos últimos anos, conforme demonstrado na Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Evolução das Contratações por Ano



..... Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

1.2.6 Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter)

O Prodeter, um dos principais instrumentos para a materialização da Política de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste, consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Em 2024, o Programa contou com 195 Planos de Ação Territorial (PAT) ativos e em andamento, distribuídos por 131 territórios na área de atuação do Banco do Nordeste. Destes, aproximadamente 2% estão situados em comunidades quilombolas ou entre povos originários. Do total, 102 territórios e 116 PAT estavam em fase de execução durante o ano de 2024, integrando o Programa de Ação dos Territórios, enquanto os demais planos ainda se encontravam nas fases iniciais de elaboração.

Os Planos de Ação em atividade nos territórios abrangidos pelo Prodeter, ao longo de 2024, continuaram a evidenciar resultados expressivos na estruturação de cadeias produtivas das

atividades econômicas priorizadas. Observaram-se avanços significativos na resolução de seus gargalos, o que contribuiu para a minimização dos riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos.

No ano de 2024, as atividades econômicas priorizadas no âmbito dos territórios participantes do Programa de Ação dos Territórios receberam aproximadamente R\$ 2,42 bilhões em financiamento. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter desde 2016, o valor acumulado de financiamentos já atingiu a marca de R\$ 8,13 bilhões.

A difusão de tecnologias é um pilar crucial no desenvolvimento territorial, pois envolve a disseminação de novas tecnologias e práticas inovadoras entre os atores locais, incluindo produtores e empresas. Esse processo é vital para a geração de valor, criação de oportunidades de emprego e fortalecimento da autonomia dos territórios.

Ao medir e promover a difusão tecnológica, o programa objetiva maximizar o uso de soluções adequadas e eficazes, resultando em melhorias significativas no desenvolvimento econômico e social local. Em 2024, essa estratégia foi reforçada pela realização de 501 eventos focados na difusão de tecnologias e inovação.

O associativismo é uma forma de organização que visa obter benefícios comuns para seus membros por meio de ações coletivas. Seu objetivo é integrar os esforços dos associados para melhorar o processo produtivo e beneficiar a comunidade a qual pertencem.

Em 2024, foram realizadas 2.016 ações de associativismo, demonstrando um compromisso significativo com a cooperação e o desenvolvimento comunitário.

Em 2024, o Prodeter concluiu a execução de 22 Planos de Ação Territorial, gerando impactos significativos nos territórios beneficiados. Essas iniciativas têm impulsionado o desenvolvimento sustentável e inclusivo, fortalecendo atividades econômicas locais e promovendo a integração dos atores envolvidos.

A estruturação de cadeias produtivas e a integração entre agentes locais têm sido fundamentais para impulsionar a competitividade e a cooperação nas atividades econômicas. Isso resultou em um aumento substancial de investimentos na área de atuação do Banco do Nordeste, gerando emprego e renda, além de modernizar as práticas e tecnologias adotadas.

A seguir, apresentamos alguns casos de sucesso do Programa em 2024:

- Território Centro Sul Cearense – Apicultura: Na apicultura do Centro-Sul Cearense houve aumento de 25% na produtividade do mel. Já em relação à adoção de técnicas de controle de produção obteve-se o aumento de 10% para 53%. Por outro lado, o acesso à capacitação técnica foi universalizado, subindo de 20% para 97%. Houve um aumento significativo na cooperatividade e associação dos produtores. Após o PAT, 16% dos produtores passaram a realizar compras coletivas de insumos e a associação para comercialização conjunta subiu de 80% dos produtores para 97% destes. Além disso, o acesso a orientações técnicas passou a ser obtida por 85% dos produtores, o que antes só beneficiava 10% deste total. Em relação a indicadores de sustentabilidade gerou-se o aumento significativo na regularização ambiental, com 100% dos produtores obtendo licença ambiental, 97% outorga d'água e 100% Cadastro Ambiental Rural. Houve diversificação no acesso a mercados, ampliando a presença nos mercados municipal e estadual. Apesar do aumento das dificuldades relacionadas à terra e água, o interesse por inovação atingiu 100% dos produtores, com maior adoção de tecnologias, como alimentação artificial de abelhas e substituição de rainhas. Na economia circular, todos os produtores passaram a aproveitar resíduos, com avanços no uso e troca de cera alveolada, reforçando práticas sustentáveis.

- Território Alto Sertão Sergipano – Citricultura: Na citricultura do Alto Sertão Sergipano houve um incremento expressivo na produtividade, de 3,45 toneladas/ha para 5,68 toneladas/ha, totalizando um aumento de 65% na produção devido à capacitação e melhorias nos tratos culturais. O faturamento mensal cresceu de R\$ 6.600,00 anuais para R\$ 8.600,00, e o número de produtores com financiamento subiu de 14,3% para 37,5%. O controle de receitas e despesas foi adotado por 36,8% dos produtores (antes 10,53%). O acesso à capacitação técnica saltou de 5,88% para 73,7%, enquanto o acesso a informações técnicas aumentou de 29% para 94%. Além disso, 100% dos produtores passaram a ter Cadastro Ambiental Rural, refletindo avanços em gestão e sustentabilidade.
- Território Sertão do Pajeú – Apicultura: No Sertão do Pajeú o volume de produção aumentou de 50 kg/mês para 180 kg/mês, enquanto a produtividade cresceu de 600 kg/ano (60 kg/colmeia) para 1.600 kg/ano (80 kg/colmeia). O faturamento mensal subiu de R\$ 700,00 para R\$ 1.500,00, e 90% dos apicultores agora possuem financiamento, frente a apenas 3% no início. Houve ampliação no acesso à capacitação técnica (de 10% para 80%) e à orientação técnica (de 25% para 80%). O número de apicultores que adotam controles de receitas e despesas cresceu de 10 para 17, com maior informatização (de 20% para 40%). Além disso, o acesso a informações técnicas aumentou de 10% para 90%, assim como o interesse e a adoção de tecnologias e inovações, que passaram de 8% para 60%. No mercado, 70% dos produtores agora acessam mercados municipais, e 30% alcançam mercados estaduais, sendo que a proporção de produtores com financiamento saltou de 3% para 90%.
- Território Metropolitana Litoral Oeste Caucaia – Bovinocultura de Leite: Neste território, apesar da predominância de miniprodutores rurais, houve avanços em indicadores como a participação em cooperativas, que cresceu de 7% para 19%, e a adoção de controles de receitas e despesas, que passou de 39% para 100%. A produtividade diária por matriz aumentou de 10 para 12 litros, e o faturamento mensal dobrou, de R\$ 2.637,00 para R\$ 5.255,00, mesmo com o aumento dos custos de produção. Além disso, a capacitação técnica teve significativo progresso, abrangendo 84% dos produtores. A inovação foi fortalecida com a adoção de tecnologias como inseminação artificial e fertilizantes orgânicos, indicando avanços no uso de práticas sustentáveis e na produtividade.
- Território Sul Sergipano II – Citricultura Laranja: Neste território observou-se um aumento na associação para compras coletivas de insumos de 18,75% para 31,25%. Já o faturamento mensal mais que dobrou, passando de R\$ 4.166,67 para R\$ 8.508,85, e o volume de produção subiu de 7.942,71 kg/mês para 9.338,54 kg/mês. A capacitação técnica alcançou 100% dos produtores, e o acesso à orientação técnica cresceu de 56,25% para 68,75%, com maior participação de engenheiros agrônomos. No âmbito financeiro, o número de produtores com financiamento aumentou de 68,75% para 81,25%, e todos os produtores possuem Cadastro Ambiental Rural atualizado. O interesse por inovação permaneceu elevado, com crescimento em áreas como controle informatizado da produção e das receitas e despesas, evidenciando esforços para aprimorar práticas produtivas e de gestão.
- Território Sertões do Crateús – Apicultura: No Território Sertões de Crateús, o programa obteve avanços para a apicultura, destaca-se aqui o aumento da rentabilidade, e do faturamento mensal passando de R\$ 3.230,21 para R\$ 7.067,04, além do aumento do volume de produção de mel crescendo de 15 kg para 33 kg por mês. Houve também uma melhoria na geração de ocupação, com o aumento de 0,66% para 33% nas ocupações formais/familiares, além de um crescimento expressivo no associativismo, com a associação para compras coletivas de insumos saltando de 9% para 79%. A capacitação técnica dos apicultores foi ampliada, com 100% dos produtores recebendo treinamento, em contraste com apenas 5% antes. A adoção de novas tecnologias, como divisão de enxa-

mes, alimentação artificial e substituição de rainha, também aumentou significativamente, além do incremento no uso de fontes de energia renovável, que passou de 1,3% para 21%.

- Território Sertões de Tauá 1 – Apicultura: No Território Sertões de Tauá a comercialização do mel, que era ineficiente, teve um aumento considerável no número de apicultores associados para compras coletivas de insumos, de 28% para 81%, e na associação para comercialização conjunta, que passou de 98% para 100%. O faturamento mensal cresceu de R\$ 2.163,74 para R\$ 5.165,52, e a produção de mel aumentou de 41,12 kg para 63,37 kg por mês. A produtividade também melhorou, com a produção por colmeia subindo de 15 kg para 19 kg por ano. Houve uma introdução da formalização do trabalho, com 2% das ocupações se tornando formais. O acesso à capacitação técnica subiu de 23% para 98%, e a orientação técnica aumentou de 15% para 85%. No que diz respeito à sustentabilidade, a utilização de energia solar aumentou de 0,8% para 4%, e 98% dos apicultores agora possuem licença ambiental atualizada, contra 39% anteriormente. O interesse por inovação também cresceu, com 94% dos apicultores manifestando desejo de inovar, e a adoção de tecnologias como divisão de enxames, alimentação artificial e substituição de rainha aumentou. Por fim, o aproveitamento de resíduos na propriedade rural passou de 95% para 98%, indicando um avanço na implementação de práticas de economia circular.

Esses dados são alguns dos resultados obtidos por meio do Prodeter. Cada PAT enfrenta um gargalo produtivo específico e todos destacam avanços significativos em produtividade, capacitação e acesso a mercados. Dessa forma, os impactos econômicos são notáveis nas atividades priorizadas pelo Prodeter em 2024, gerando ou mantendo milhares de empregos, aumentando a massa salarial e a arrecadação tributária. Esses investimentos também incrementaram o valor bruto da produção e o valor adicionado à economia local, demonstrando a eficácia do programa em promover o desenvolvimento econômico.

Além dos benefícios econômicos, o Prodeter tem contribuído para a inclusão social e produtiva, melhorando as condições de vida da população nas áreas atendidas. A redução das desigualdades intra e inter-regionais é outro impacto importante, promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades. O fortalecimento da governança territorial e o aumento do protagonismo das comunidades locais são resultados diretos das ações do programa, que tem incentivado a participação ativa dos agentes institucionais e econômicos nos processos de desenvolvimento.

O Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pelo Art. 19 da Lei no 10.696 e regulamentado pelo Decreto no 4.772, ambos de 2 de julho de 2003, visa incentivar a agricultura familiar. O programa engloba ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos.

O Banco do Nordeste mantém um acordo de cooperação com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O objetivo desse acordo é disciplinar a atuação do Banco como instituição financeira responsável pela abertura e manutenção de contas correntes bloqueadas (vinculadas) e de livre movimentação financeira, visando ao pagamento às organizações dos agricultores familiares participantes do PAA, quando há vendas de gêneros alimentícios de primeira necessidade, como feijão, arroz, milho, farinha, entre outros.

É importante destacar que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem um papel significativo na alavancagem de financiamentos rurais, como os do Pronaf e Agroamigo. Muitos produtores buscam esses recursos para viabilizar a produção que será posteriormente

vendida à Conab. Além disso, os recursos que transitam pelo Banco do Nordeste contribuem para o alcance das metas de captação da Instituição.

Em 2024, no âmbito do PAA-Conab, o Banco do Nordeste operacionalizou um montante de R\$ 179.464.706,89, distribuídos em um total de 2.147 operações.

1.2.7 Crediamigo

O Crediamigo, programa de microcrédito urbano do Banco do Nordeste, impulsiona a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico desde 1998 nas regiões Nordeste, além do norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Criado para atender à população de baixa renda, que possui acesso limitado aos serviços bancários tradicionais, o programa foi inspirado em modelos internacionais de sucesso, como o *Grameen Bank*, e adaptado às realidades regionais.

Ao longo de suas duas décadas e meia de existência, o Crediamigo ampliou significativamente o volume de crédito concedido e o número de beneficiários. Essa expansão é impulsionada por uma metodologia eficaz baseada na confiança e na responsabilidade solidária, além do constante aprimoramento dos processos e produtos pelo Banco do Nordeste. O programa tem sido fundamental para o crescimento de milhões de microempreendedores e pequenos negócios na região.

O Crediamigo concede financiamentos a microempreendedores individuais e grupos solidários, utilizando o aval solidário como garantia. Este modelo tem se mostrado eficaz na redução da inadimplência, fortalecendo o compromisso dos mutuários. Administrado pelo Banco do Nordeste, o Crediamigo está alinhado ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Ele promove a inclusão financeira e social, com foco especial nas populações vulneráveis, e é monitorado por indicadores de ASG (Ambiental, Social e de Governança).

Além do acesso ao crédito, o programa oferece orientação financeira, empresarial e ambiental, incentivando o empreendedorismo sustentável. Seu impacto econômico é multiplicador, impulsionando uma variedade de negócios locais como lojas, padarias, salões de beleza e serviços de transporte. Isso gera empregos e dinamiza as economias das comunidades atendidas.

Em 2024, o Crediamigo, programa do Banco do Nordeste, registrou um desembolso recorde de R\$ 12,05 bilhões, representando um crescimento de 13,27% em comparação com 2023. Foram realizadas 3,88 milhões de operações de crédito, o que equivale a uma média de 14,9 mil empréstimos concedidos diariamente. O programa atendeu a 2,1 milhões de clientes ativos, com uma participação significativa de 68% de mulheres.

Dentre os recursos desembolsados, R\$ 4,18 bilhões (34,6%) foram provenientes do FNE, viabilizando aproximadamente 3,1 milhões de operações e ampliando o acesso ao crédito para a base da pirâmide social.

Além disso, o Crediamigo desempenhou um papel crucial na inclusão financeira, facilitando a abertura de 371 mil novas contas bancárias como resultado da concessão de crédito. A eficiência do programa é evidenciada pela liberação média do crédito em apenas 2,4 dias.

Desde sua criação, o Crediamigo já alcançou um montante de R\$ 130,2 bilhões em desembolsos acumulados, beneficiando mais de 8,3 milhões de clientes. Esses números evidenciam o impacto significativo do programa no desenvolvimento econômico e social da Região.

O Crediamigo é um catalisador para a geração de emprego e renda na Região Nordeste, impulsionando a economia local e promovendo a inclusão social. A desburocratização do

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

acesso ao crédito facilita a formalização de microempreendedores, possibilitando a expansão de seus negócios e, conseqüentemente, a melhoria de suas condições de vida.

Em 2024, o Crediamigo, já consolidado como o maior programa de microcrédito do Brasil, alcançou um marco histórico ao expandir sua rede com a abertura de 67 novos 'Pontos de Atendimento'. Essa expansão elevou o total de pontos para 537, sendo o resultado de uma revisão estratégica da plataforma e da implementação de novas tipologias de atendimento. A ampliação da presença regional do Crediamigo reafirma o compromisso do programa com o desenvolvimento econômico da Região.

1.3 Metas de Atividades que Atendam aos Objetivos de Políticas Públicas

Resultados Estratégicos

Os resultados estratégicos do Banco do Nordeste, conforme a metodologia de 'Gestão para Resultados', são organizados em quatro grupos:

- I. Inclusão Social e Financeira
- II. Governança Corporativa
- III. Crédito Sustentável Espacialmente e Setorialmente Distribuído
- IV. Excelência no Atendimento a Clientes

Cada grupo estratégico do Banco do Nordeste reflete um compromisso específico e vital do Banco com o desenvolvimento regional e a melhoria contínua de sua eficiência operacional.

Tabela 6 - Indicadores Estratégicos de Resultados 2024 - Meta X Realizado

Resultados Estratégicos	Indicador	Unidade de Medida	Meta 2024	Realizado 2024	%
Inclusão Social e Financeira	Quantidade de Operações Contratadas no Agroamigo ²	Quantidade	560.000	694.977	124,1%
	% de clientes com aumento de valores de financiamento do Crediamigo	Percentual	60,0%	63,6%	106,0%
	Clientes ativos no Pronaf	Quantidade	2.065.000	2.145.460	103,9%
	Crédito para Promoção da Diversidade	Percentual	55,0%	55,0%	100,0%
	Cliente ativos no Crediamigo ¹	Quantidade	2.084.000	2.070.667	99,4%
Governança Corporativa	Inadimplência BNB(*)	Percentual	4,0%	1,8%	154,3%
	Índice de Eficácia da PRSAC	Percentual	65,0%	88,2%	135,6%
	Inadimplência FNE(*)	Percentual	6,0%	4,1%	131,7%
	Índice de Eficácia de Estratégia ASG	Percentual	75,0%	93,0%	124,0%
	Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Percentual	18,2%	19,1%	105,3%
	Índice de Eficiência(*)	Percentual	50,6%	50,6%	100,0%

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Resultados Estratégicos	Indicador	Unidade de Medida	Meta 2024	Realizado 2024	%
Crédito Sustentável Espacialmente e Setorialmente Distribuído	Grau de Concentração Espacial do Crédito (*)	Percentual	17,0%	12,9%	124,4%
	Grau de Concentração Setorial do Crédito (*)	Percentual	26,0%	20,2%	122,3%
	Cumprimento da Programação Regional do FNE ³	Percentual	90,0%	95,0%	105,6%
Excelência no Atendimento a Clientes	Prazo de Atendimento às Demandas de Ouvidoria(*)	Dias Úteis	3	1,07	164,3%
	Atendimento às Demandas do SIC/SAC	Percentual	90,0%	99,2%	110,3%
	Cumprimento da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços Financeiros	Percentual	86,0%	100,0%	116,3%

(*) Indicadores do tipo "quanto menor melhor"

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento (fevereiro/2025)

A análise dos indicadores do resultado estratégico 'Inclusão Social e Financeira', que evidencia a expansão e o fortalecimento dos canais de acesso a serviços financeiros, revela que quatro dos cinco indicadores alcançaram as metas estabelecidas. O indicador 'Clientes Ativos no Crediamigo' apresentou um desempenho de 99,4%, permanecendo dentro de uma boa performance. No que tange ao 'Crédito para Promoção da Diversidade', o Programa Crediamigo teve um papel significativo, com 69% das operações envolvendo mulheres. Nos demais programas voltados para pessoa física, que possuem maior influência no indicador, 50% das operações foram contratadas com mulheres, atingindo assim a meta prevista.

O resultado estratégico 'Governança Corporativa' revela um desempenho excelente, com todos os seis indicadores superando as metas. A rentabilidade do Patrimônio Líquido em 2024 foi de 19,1%, superando a meta em 0,9 pontos percentuais. O Lucro Líquido subiu para R\$ 2,34 bilhões, um crescimento de 11,6% em relação a 2023. O Resultado Operacional também aumentou, atingindo R\$ 4,23 bilhões, 24% a mais que em 2023. O Índice de Eficiência Operacional melhorou de 51,3% em 2023 para 50,6% em 2024, refletindo uma gestão eficaz das despesas em relação às receitas financeiras e de prestação de serviços.

Destacam-se os seguintes fatores que contribuíram para elevação do lucro no exercício de 2024, em relação a 2023: elevação na margem financeira gerada pelas operações de crédito com recursos próprios e de terceiros; crescimento das receitas provenientes da prestação de serviços, decorrentes do aumento das contratações de operações de crédito e redução do risco de crédito da carteira própria e do FNE, com destaque para o maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo, por conta do Programa Desenrola Brasil, do Governo Federal e da Lei 14.554/23.

O resultado estratégico 'Crédito Sustentável Espacialmente/Setorialmente Distribuído' visa assegurar uma distribuição justa de recursos para promover o desenvolvimento regional igualitário. O desempenho foi positivo em todos os três indicadores. Na distribuição espacial, o resultado de 12,85% superou a meta de 17% em 4,2 pontos percentuais, indicando uma distribuição equilibrada entre os estados atendidos pelo FNE. No aspecto setorial, o resultado de 20,2% superou a meta de 26% em 5,8 pontos percentuais, mostrando uma distribuição setorial bem equilibrada. O cumprimento geral da programação do FNE atingiu 105,5%, resultante do bom desempenho nas dimensões que compõem o indicador: 62,3% dos

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

recursos aplicados em Portes Prioritários; 87,2% aplicados nos setores de Agricultura, Comércio e Serviços, Pecuária e Infraestrutura; e 12,8% nos setores de Indústria, Turismo, Agroindústria e Pessoa Física; 64,1% aplicados no semiárido; e 82,9% aplicados nas microrregiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e nos municípios pertencentes às Regiões Integrada de Desenvolvimento Econômico (Rides).

A análise dos indicadores do resultado estratégico 'Excelência no Atendimento a Clientes' mostra que as metas foram superadas nos três indicadores. O Banco se dedica a criar estratégias para excelência no atendimento ao cliente em todas as plataformas, promovendo uma cultura de qualidade e eficiência. O objetivo é aprimorar a experiência do cliente e reforçar sua satisfação.

Impactos Estratégicos

A estratégia corporativa é fundamentada nos desafios identificados por meio de análises do ambiente interno e externo, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos aspectos legais vigentes, nas orientações e políticas públicas governamentais, no Plano Estratégico do Banco do Nordeste para o Desenvolvimento Regional 2023-2032, nos fatores de governança, ambientais e sociais, além da metodologia de análise dos riscos estratégicos.

A finalidade do Plano Estratégico do Banco do Nordeste é direcionar os esforços em prol do alcance de resultados estratégicos de modo a contribuir para a geração de impactos estratégicos capazes de transformar a vida das pessoas em sua área de atuação. Com o objetivo de tornar esses impactos claros e mensuráveis, apresenta-se a seguir o quadro que resume os impactos estratégicos que o Banco busca alcançar:

Quadro 1 - Impactos Estratégicos almejados pelo Banco do Nordeste

IMPACTOS	DESCRIÇÃO
Geração de Emprego e Renda	A atuação do Banco está em sintonia com as políticas públicas que objetivam a melhor distribuição de riqueza e renda e a geração de empregos, com o intuito de contribuir para minimizar e superar os fortes desequilíbrios sociais, regionais e de renda. Apoiar atividades que promovam a geração de emprego e renda são ações necessárias para atender todos os empreendedores, independente do porte ou setor de atividades, visando impactar positivamente todos os elos das cadeias produtivas, desde o apoio aos projetos de infraestrutura, às iniciativas de micro e pequenos empreendedores rurais ou urbanos.
Redução das Desigualdades	Para o cumprimento de sua missão, o Banco do Nordeste desenvolve políticas e ações que promovem, direta e indiretamente, a redução das desigualdades inter e intrarregionais. A reversão dessas desigualdades é sustentada com iniciativas específicas para as áreas menos dinâmicas da Região, como por exemplo, a área do semiárido. As políticas públicas executadas pelo Banco do Nordeste também dão tratamento preferencial favorecendo os empreendimentos de menor porte, como a agricultura familiar, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas. A alocação de recursos para a redução das desigualdades ainda é efetivada (i) com o apoio financeiro prioritário às microrregiões e aos espaços prioritários definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), (ii) com o cumprimento da diretriz de destinação mínima de 5,0% dos recursos do FNE para cada estado, exceto para o estado do Espírito Santo e (iii) com maior atenção aos setores chave da economia nordestina.
Competitividade das empresas do Nordeste brasileiro	O processo de modernização das empresas contribui para a melhoria de diferentes aspectos da produção de bens e de serviços e, conseqüentemente, para a ampliação da competitividade das empresas. Considera-se importante para o alcance desse impacto a aquisição de novas máquinas e equipamentos, uma vez que promove a melhoria dos processos produtivos pela introdução de tecnologias atualizadas e o aumento da produtividade das empresas, porquanto se trata de medida efetiva de elevação da competitividade das empresas.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

IMPACTOS	DESCRIÇÃO
Promoção da Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática	O Banco do Nordeste apoia a promoção do desenvolvimento sustentável, através do cumprimento de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Seus princípios e diretrizes orientam a empresa a atuar em consonância com a legislação ambiental e social vigente, com os tratados, acordos, pactos e convenções nacionais e internacionais sobre meio ambiente e responsabilidade socioambiental. O Banco do Nordeste fomenta a sustentabilidade ambiental e climática por meio do apoio creditício à sustentabilidade ambiental, social e climática, apoiando a inclusão social, a transição para uma economia de baixo carbono e o desenvolvimento de atividades sustentáveis para o desenvolvimento regional. O crédito é orientado para o financiamento de projetos e de empreendimentos com responsabilidade social, ambiental e climática, buscando a mitigação de impactos ambientais, contemplando também investimentos em atividades destinadas à preservação, conservação e recuperação ambiental.

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Os impactos estratégicos do Banco do Nordeste em sua área de atuação são mensurados por meio dos Indicadores Estratégicos de Impacto, utilizados como parâmetros para a avaliação das ações, iniciativas e projetos conduzidos pelo Banco e estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores Estratégicos de Impacto

Impactos Estratégicos	ODS	Metas dos ODS	Indicadores
1. Geração de Emprego e Renda		8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	1.1. Crescimento dos empregos nas atividades financiadas.
			1.2. Contratações do BNB em atividades com alto potencial de incremento no valor adicionado e na geração de emprego.
			1.3. Crescimento da massa salarial nas atividades financiadas.
2. Redução das Desigualdades		10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	2.1. Aumento do salário médio dos trabalhadores das empresas financiadas.
3. Competitividade das Empresas do Nordeste brasileiro		9.b - Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às <i>commodities</i> .	3.1. Produtividade das empresas.
			3.2. Contratações do BNB para aquisição de bens de capital para modernização.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Impactos Estratégicos	ODS	Metas dos ODS	Indicadores
4. Promoção da Sustentabilidade, Social, Ambiental e Climática ¹	 <p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p>	13.2 - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.	4.1 Emissões de Carbono evitadas (com projetos de energia renovável).
	 <p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p>	5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.	4.2. Empreendimentos criados e mantidos anualmente para inclusão de gênero – Mulheres.
	 <p>8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p>	8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.	4.3. Empreendimentos mantidos e criados anualmente para Inclusão Financeira.
	 <p>6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</p>	6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos. 6.2 - Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.	4.4. Pessoas beneficiadas por serviço de saneamento (água e esgoto).
	 <p>2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p>	2.1 - Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. 2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.	4.5. Atividade produtiva mantida anualmente para promover a segurança alimentar.

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

¹Os Indicadores referente ao impacto “Promoção da Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática” são aqueles apresentados no Quadro 3 da Seção “Indicadores de Impacto Social, Ambiental e Climático” com a finalidade de garantir

alinhamento ao *Framework* de Investimento Sustentável do Banco do Nordeste, bem como evidenciar os impactos efetivos da atuação creditícia do Banco, apresentando os resultados obtidos em 2024.

Banco do Nordeste prioriza avaliação de impacto de seus programas

Para além dos números financeiros de suas aplicações e de resultados estratégicos de sua operação, ao longo do ano, o Banco do Nordeste busca conformar impactos positivos concretos em sua área de atuação e, por conseguinte, para sua população. Esse compromisso é reforçado com a mensuração dos resultados e impactos de suas políticas e programas, buscando garantir a eficácia e a relevância de suas ações para o desenvolvimento regional. Em 2024, por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), foram realizadas diversas avaliações, analisando não apenas resultados imediatos, mas também impactos de longo prazo em áreas como geração de emprego, renda, redução de desigualdades e sustentabilidade ambiental. Essa metodologia reforça o papel do Banco do Nordeste como agente transformador no desenvolvimento sustentável do Nordeste brasileiro.

Avaliação de Impactos Estratégicos – Eficácia e Efetividade

FNE: Impacto positivo na geração de empregos e renda no Nordeste

Uma avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), entre 2009 e 2023, demonstra seu impacto positivo na redução das desigualdades regionais. O estudo revela que micro e pequenas empresas (MPEs) beneficiadas pelo FNE geraram mais do que o dobro de empregos e mais de três vezes o salário médio em comparação às MPEs não beneficiadas. A massa salarial dessas empresas também cresceu 2,5 vezes mais. Embora haja uma tendência de queda na alocação de recursos para atividades com maior potencial de geração de valor agregado e empregos, o percentual de financiamento para aquisição de bens de capital para modernização cresceu de 6,3% (2011-2013) para 10,5% (2019-2023). O monitoramento contínuo desses indicadores visa potencializar os resultados do FNE, impulsionando o desenvolvimento econômico e social da Região.

O monitoramento dos indicadores, acompanhado de ações integradas, contribuirá para potencializar os resultados e impactos das contratações do FNE, reduzindo as desigualdades regionais, gerando emprego e renda, bem como aumentando a competitividade dos empreendimentos.

FNE impulsiona comércio nordestino com R\$ 68,4 bilhões em investimentos

Uma análise das operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no setor de comércio, entre 2002 e 2023, revela investimentos de R\$ 68,4 bilhões (em valores corrigidos), beneficiando 1.966 municípios (95% da área de atuação do Fundo). O estudo destaca a importância do comércio para a economia regional, impulsionando setores primário e secundário e gerando empregos e renda. Micro e pequenas empresas, incluindo empreendedores individuais, receberam 48% dos recursos, com foco no varejo (80%), seguido do atacado (12%) e reparação de veículos (8%). O Semiárido recebeu 52% dos investimentos, enquanto regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (Salvador, Fortaleza, Natal, Recife e São Luís) concentraram os 48% restantes. Os dados demonstram a desconcentração dos recursos, tanto geograficamente quanto pelo porte das empresas beneficiadas, e a relevância do FNE para o desenvolvimento econômico do Nordeste, considerando o crescimento do setor no Brasil (5,1% nos oito primeiros meses de 2024) e as variáveis internas e externas que o impactam.

O setor comercial localizado na área de atuação do FNE tem sido impulsionado pelo processo de transformação digital, tendo em vista a expansão e interiorização de modernos centros comerciais, e considerando a valorização da cultura e economia locais, os chamados circuitos curtos de comercialização, em conjunto com a sustentabilidade e o consumo consciente. A avaliação do FNE Comércio está disponível no portal do Banco na Internet:

<https://bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/2068>

Agroamigo: Impacto positivo na qualidade de vida de agricultores familiares

Avaliação do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste revela impactos sociais e econômicos positivos sobre os beneficiários. A pesquisa, com 1.381 entrevistas em 11 estados, comparou dois grupos: clientes com até duas operações (Grupo de Controle) e clientes com três ou mais operações (Grupo de Tratamento). Os resultados demonstram que a exposição prolongada ao programa (Grupo de Tratamento) está associada a uma melhora significativa na qualidade de vida. A aquisição de eletrodomésticos (geladeira, televisor, computador, fogão e micro-ondas) dobrou ou triplicou entre os clientes antigos. O acesso a meios de transporte (veículos) e comunicação (celulares e internet) também apresentou aumento substancial, facilitando a comercialização de produtos, compra de insumos e inclusão digital. Esses dados indicam que o Agroamigo contribui para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares do Nordeste.

Experiência com o Programa também tem efeitos nas melhorias das condições de produção. Os elementos que demonstram essas melhorias são: acesso aos meios de comunicação; aumento na disponibilidade de terra para produção; incremento do percentual de produção pecuária trocado ou vendido; melhorias na comercialização.

A quase totalidade dos respondentes disse ter percebido melhoria na renda total da família. A avaliação está disponível no portal do Banco na internet:

<https://bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/2023>

Crediamigo como Instrumento de Estímulo ao Emprego e a Renda

Estudo avalia o impacto do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste na renda e no emprego de seus clientes após a obtenção de pelo menos dois empréstimos. A análise de dados de 2021 revela aumento significativo na renda (lucro operacional, outras rendas e capacidade de pagamento) na última operação em comparação com a primeira, sugerindo um impacto positivo do programa. O crescimento foi observado em quase todas as unidades federativas, com destaque para o Ceará. O setor comercial apresentou os maiores incrementos, e as mulheres tiveram um aumento significativo no lucro operacional e na capacidade de pagamento, reduzindo a diferença de gênero. Clientes com menor escolaridade e idades mais avançadas também mostraram maior crescimento, demonstrando um efeito positivo na redução de desigualdades.

Em relação ao emprego, houve incrementos na manutenção e geração de empregos, com destaque para o Maranhão e Paraíba (agregado) e Piauí e Paraíba (nível de cliente). O setor de serviços e as mulheres apresentaram maior geração de empregos. Clientes solteiros e na maior faixa etária (acima de 54 anos), assim como aqueles com pós-graduação, também demonstraram maior expansão no emprego. Os resultados sugerem que o Crediamigo contribui para o fortalecimento dos negócios e a geração de oportunidades de trabalho, impactando positivamente a economia local.

Os resultados apontam para a importância do Programa Crediamigo no desempenho econômico dos seus beneficiários, tanto na melhora dos rendimentos quanto na manutenção e na geração de empregos. Em especial, observou-se a relevância do Programa para aqueles que possuem pouca ou nenhuma educação formal, para os que possuem idade mais avançada e para o empoderamento feminino. Espera-se que as evidências encontradas possam contribuir com a efetividade cada vez maior do Programa e com a orientação de políticas públicas voltadas ao emprego e à renda. O artigo está disponível no portal do Banco na internet: https://bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1457/1/2022_AET_13.pdf

Avaliação dos Indicadores Estratégicos da Promoção da Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática

Destaque-se que os indicadores estratégicos do impacto Promoção da Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática estão relacionados às diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e às Linhas de Ação de sua Estratégia de Sustentabilidade (ASG), descritas no item 1.6 adiante. O Quadro 3 contém os indicadores estratégicos do impacto Promoção da Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática constantes do Planejamento Empresarial do Banco do Nordeste tendo como referência o *Framework* de Financiamento Sustentável.

Quadro 3 – Eixos de atuação dos Indicadores Estratégicos de Impacto alinhados ao *Framework* de Financiamento Sustentável

Diretriz da PRSAC	Linha de Ação da Estratégia ASG	Tema	Indicador Estratégico de Impacto	Impactos apurados em 2024
Fomentar o uso de fontes renováveis para geração de energia.	Geração de energia por fontes renováveis	Energia Renovável	Emissões de Carbono Evitadas	18.373.763,40 tCO ₂ e
Contribuir para o desenvolvimento de atividades e setores da economia com potencial de impacto positivo de natureza social, ambiental ou climática.	Acesso à água e ao saneamento	Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento	Pessoas beneficiadas por serviço saneamento (água e esgoto)	≈ 4,6 milhões
Promover a valorização da diversidade, equidade e inclusão e propiciar um ambiente de trabalho plural, inclusivo, saudável, seguro e sem discriminação de qualquer natureza.	Inclusão social e inserção produtiva	Inclusão de Gênero	Empreendimentos criados e mantidos anualmente para inclusão de gênero	1.408.742
Apoiar a agricultura familiar e o agronegócio sustentável, em especial a agroecologia, a agricultura orgânica, a agricultura de baixo carbono, metodologias produtivas regenerativas, a convivência com o semiárido, o combate à desertificação, bem como o reflorestamento e a recuperação ambiental de áreas degradadas.	Agricultura familiar e agronegócio sustentável	Segurança Alimentar	Atividade produtiva mantida anualmente para promover a segurança alimentar	114
Apoiar a inclusão financeira e produtiva de microempreendedores rurais e urbanos, além de micro e pequenas empresas.	Inclusão social e inserção produtiva	Inclusão Financeira	Empreendimentos mantidos e criados anualmente	2.096.604

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Planejamento

Energia Renovável

O indicador de Energia Renovável busca evidenciar a estimativa das emissões de carbono evitadas na vida útil de empreendimentos de geração de energia renovável centralizada (infraestrutura) eólica e solar, financiados pelo Banco do Nordeste demonstrando a contribuição do Banco às metas nacionais de redução de emissão de carbono, visando a mitigação das mudanças climáticas.

Para o cálculo desse indicador, foi utilizada a ferramenta “Calculadora de Emissões Evitadas e Removidas” disponibilizada publicamente pelo BNDES, em sua versão “Calculadora de Energia Renovável” (20240612_Ferramenta+Vida+Útil), na versão atualizada em junho de 2024, utilizando parâmetros específicos para vida útil e fator de geração efetivo para cada uma das modalidades – eólica e solar fotovoltaica², considerando a proporção financiada sobre o valor total dos empreendimentos.

Todas as estimativas utilizadas para alimentação da ferramenta foram realizadas de maneira agrupada das capacidades instaladas (em megawatts) dos projetos financiados, por segmento de geração (eólica e solar fotovoltaica), sempre considerando a proporção do projeto financiada pelo Banco.

Calcula-se, então, que os financiamentos para a geração de energia renovável (solar e eólica) centralizada efetivados pelo Banco no ano de 2024 evitarão potencialmente a emissão de **18.373.763,40 tCO₂e** durante a vida útil dos projetos financiados (considerando a proporção financiada pelo Banco do Nordeste).

Em relação aos ODS, esse indicador demonstra a contribuição do Banco para alcance do ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima, em sua respectiva meta: 13.2.2 - Emissões totais de gases de efeito estufa por ano.

Objetivo principal: Contribuir para até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global. (ODS 7)

Indicador de Impacto: Emissões de GEE evitadas

Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento

Em 2024, a ação creditícia do Banco do Nordeste teve um impacto significativo nos indicadores socioeconômicos da região, também por meio de investimentos em infraestrutura hídrica e saneamento básico. Promovendo o financiamento para a construção de 216 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's) e a implantação de 320,3 km² de redes de distribuição, cerca de 4,6 milhões de pessoas passarão a ter acesso ampliado a serviços essenciais de água e esgoto, promovendo melhores condições de saúde e qualidade de vida nas comunidades atendidas.

¹ (Disponível em www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/clima/emissoes-emitadas-e-removidas)

² Para as eólicas foram considerados como fator de geração médio de 42,7% e vida útil média dos equipamentos de 20 anos. Para as fotovoltaicas foram considerados 21,6% de fator de geração média e 25 anos de vida útil média dos equipamentos.

Essa ação reforça o compromisso do Banco do Nordeste com o desenvolvimento sustentável, alinhando-se às metas globais de redução de impactos ambientais e fortalecendo a resiliência das populações do Nordeste, do Norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo frente aos desafios climáticos.

Objetivo principal: Até 2030, contribuir para o alcance do acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos. (ODS 6) gerando melhoria na saúde, qualidade de vida e preservação ambiental.

Indicador de Impacto: Pessoas beneficiadas por um serviço de abastecimento de água potável anualmente.

Inclusão Financeira

O indicador de Inclusão Financeira busca demonstrar o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a inclusão financeira de pessoas através do apoio financeiro a empreendedores urbanos, apoiando a manutenção ou criação de empreendimentos econômicos, gerando emprego e renda em sua área de atuação.

Para isso, o indicador busca medir o número de empreendimentos de Pessoa Física, Microempreendedor Individual e Micro e Pequenas Empresas cuja manutenção ou criação tenha sido apoiada através de financiamentos contratados com os programas do Banco do Nordeste, em especial o Crediamigo e o Programa FNE – MPE.

Assim, os resultados de 2024 apontam para o alcance de 25.937 empreendimentos de micro e pequenas empresas e 2.070.667 de clientes em microfinanças urbanas, totalizando 2.096.604 empreendimentos apoiados com os programas de financiamento ao empreendedorismo urbano do Banco do Nordeste.

Em relação aos ODS, esse indicador demonstra a contribuição do Banco para alcance do **ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico**, em sua respectiva meta:

- 8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Objetivo principal: Contribuir com impacto positivo dos financiamentos do Banco para a inclusão financeira de pessoas, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra, por meio do apoio financeiro a empreendedores urbanos. (ODS 8.3, 9.3 e 10.2)

Indicador de Impacto: Número de empreendimentos de Pessoa Física, Microempreendedor Individual e Micro e Pequenas Empresas cuja manutenção ou criação tenha sido apoiada através de financiamentos contratados com os programas do Banco do Nordeste, em especial o Crediamigo e o Programa FNE – MPE.

Inclusão de Gênero

O indicador de Inclusão de Gênero busca demonstrar o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a promoção do empreendedorismo feminino através do apoio financeiro a empreendimentos urbanos de pessoas físicas, a Microempreendedoras Individuais (MEIs), bem como a empreendimentos econômicos de micro e pequeno portes com ao menos 40% de capital social de propriedade de mulheres.

Em 2024, o Banco do Nordeste ofertou crédito para 1.408.053 empreendedoras com programas de microfinanças urbanas e 689 micro e pequenas empresas (MPEs) com programas de apoio à MPEs em diversos setores da economia, totalizando apoio a 1.408.742 empreendimentos econômicos que promovem o empreendedorismo feminino, nos termos definidos pelo indicador.

Em relação aos ODS, esse indicador demonstra a contribuição do Banco para alcance do ODS 5 – Inclusão de Gênero, em suas respectivas metas:

5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

Objetivo principal: demonstrar o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a promoção do empreendedorismo feminino através do apoio financeiro a empreendimentos urbanos de pessoas físicas; a Microempreendedoras Individuais (MEI's); bem como a empreendimentos econômicos de micro e pequeno portes com ao menos 40% de capital social de propriedade de mulheres. (ODS 5.5).

Indicador de Impacto: o número de empreendimentos mantidos ou criados anualmente.

Segurança Alimentar

O indicador de **Segurança Alimentar** busca demonstrar o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a manutenção das atividades produtivas referentes à agricultura familiar. Para tanto, o indicador é definido pela quantidade de atividades produtivas relacionadas à agricultura familiar mantidas anualmente.

Para o cômputo desse indicador, foram consideradas as atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em nível de subclasse, que receberam o apoio com aplicações acima de R\$ 1.000.000,00.

Neste universo estão compreendidas 97,8% das operações de financiamento para agricultura familiar e 98,2% do volume de recursos aplicados, sempre para o ano de 2024. Vale salientar que, neste conjunto, foram excluídas as atividades que não se relacionam diretamente com a produção de alimentos, a exemplo de atividades de comercialização.

Foram identificadas, então, 114 atividades produtivas relacionadas à produção de alimentos pela Agricultura Familiar para as quais a ação financiadora do Banco significou apoio para sua implantação / manutenção e, por conseguinte, para a produção de alimentos, seja in natura ou processados (além de atividades de apoio).

As atividades contempladas incluem diversas etapas da produção, desde o cultivo de grãos (arroz, feijão, milho, soja etc.) e frutas (banana, laranja, manga, etc.), passando pela criação de animais (bovinos, suínos, aves, caprinos, ovinos, peixes, etc.) e apicultura, até o beneficiamento e processamento de produtos (farinha de mandioca e milho, açúcar, laticínios, etc.). Também foram incluídos serviços de apoio à produção, como manejo de animais, poda de árvores e preparação de terreno. A lista completa engloba atividades de apoio à agricultura, aquicultura e pecuária, coleta de produtos florestais, conservação de florestas nativas, e a fabricação de diversos produtos alimentícios. Esse investimento demonstra o compromisso do Banco com a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar na Região.

Em relação aos ODS, esse indicador demonstra a contribuição do Banco para alcance do **ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável**, em suas respectivas metas:

2.1 - Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Para além do volume de recursos financeiros investidos, essa relação de atividades produtivas desenvolvidas reforça a importância do apoio do Banco do Nordeste, através dos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aos Agricultores Familiares em sua área de atuação, que exercem relevante papel em sua diversidade produtiva, em especial dos produtos que compõem a base da alimentação da população brasileira.

Objetivo principal: Contribuir por meio de serviços financeiros para, até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores (ODS 2). Medir o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a manutenção das atividades produtivas referentes à agricultura familiar.

Indicador de Impacto: quantidade de atividades produtivas relacionadas à agricultura familiar mantidas anualmente.

1.4 Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas

Em cumprimento ao Inciso III, do Artigo 8º, da Lei Nº 13.303/2016 que prevê “comentários dos administradores sobre o desempenho” descreve-se a seguir os impactos das políticas públicas, em termos dos efeitos econômico-financeiros da Instituição, que podem ser avaliados a partir da Demonstração do Resultado por segmentos de atuação, na qual estão especificadas as receitas e despesas decorrentes da operacionalização do fundo constitucional.

Para fins de gerenciamento, o Banco do Nordeste está organizado em dois segmentos operacionais, definidos com base em produtos e serviços:

- I. Carteira Própria - Esse segmento compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, incluindo operações de crédito e de mercado, administração de fundos, além da prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- II. FNE - Este segmento engloba todas as operações de crédito realizadas no âmbito do FNE.

Com base na Matriz Insumo-Produto Regional, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) estimou que os R\$ 44,80 bilhões contratados com recursos do FNE em 2024 contribuíram para a geração e/ou manutenção de 436,5 mil empregos, incluindo diretos e indiretos, na área de atuação do Banco do Nordeste, conforme Tabela 9.

É importante destacar que esses números representam não apenas o saldo final do ano, mas também a entrada de novos trabalhadores - tanto formais quanto informais - ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Ainda de acordo com a Tabela 9, que foca no FNE e seus impactos econômicos na área de atuação do Banco do Nordeste, as estimativas indicam um aumento significativo nos seguintes indicadores econômicos: R\$ 5,93 bilhões na massa salarial, R\$ 1,49 bilhão na arrecadação tributária, R\$ 30,82 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 14,29 bilhões de Valor Adicionado à Economia.

Tabela 9 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE 2024
Valor em Milhões e Empregos em Número de Pessoas (1)

Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE ¹									
Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Infraestrutura	Comércio	Serviços	Turismo	Total
Valor Total Contratado em 2024 (R\$ Milhões)	8.688,6	10.529,8	1.371,8	2.786,7	7.643,6	7.329,5	5.052,1	1.403,3	44.805,4
Resultados por Setor - Área de Atuação do Banco do Nordeste									
Valor Bruto da Produção ²	4.941,7	5.317,1	1.457,5	2.372,0	7.758,5	5.010,5	2.959,6	1.002,7	30.819,5
Valor Agregado/Renda ³	2.393,5	2.505,7	535,6	919,2	3.373,1	2.601,5	1.510,3	455,2	14.294,2
Salários	844,5	1.034,2	245,5	406,2	1.303,9	1.228,9	659,9	211,8	5.934,9
Tributos	200,7	242,1	67,3	134,2	443,5	216,8	132,1	52,9	1.489,4
Empregos (Nº de pessoas) ⁽⁴⁾	84.154	131.928	16.666	20.067	69.692	68.699	32.199	13.121	436.525
Resultados por Setor - Brasil ⁽⁵⁾									
Valor Bruto da Produção ²	9.893,7	11.320,3	2.553,4	4.259,1	14.960,8	9.118,6	5.633,0	1.839,6	59.578,6
Valor Agregado/Renda ³	4.407,4	4.959,8	986,3	1.691,0	6.349,3	4.309,6	2.620,1	799,0	26.122,5
Salários	1.881,7	2.296,9	464,2	790,9	2.815,8	2.107,4	1.234,4	387,0	11.978,4
Tributos	455,9	549,5	122,1	231,7	816,9	426,6	268,8	95,9	2.967,4
Empregos (Nº de pessoas) ⁽⁴⁾	105.517	158.874	21.733	27.941	100.313	86.773	43.988	16.805	561.945

Fonte: Banco do Nordeste/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene. Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, contemplando os efeitos diretos e indiretos, a partir da aplicação dos recursos. (2) Somatório de todos os bens e serviços produzidos no período. (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção. (4) Empregos formais e informais. (5) Somatório dos impactos produzidos no Brasil, considerando-se, também, o efeito transbordamento.

As operações de crédito contratadas pelo Banco do Nordeste totalizaram aproximadamente R\$ 61,28 bilhões em 2024, conforme a Tabela 10. Utilizando a Matriz Insumo-Produto Regional, o Etene estimou que esses valores contratados deverão gerar e/ou manter cerca de 580,2 mil ocupações, incluindo empregos diretos e indiretos, na área de atuação do Banco do Nordeste. Essas estimativas baseiam-se nos efeitos de multiplicação econômica ao longo das cadeias de produção, decorrentes dos investimentos realizados em 2024. Isso significa que, à medida que as transações de compra e venda são efetivadas, novas ocupações serão criadas ou existentes serão preservadas, graças aos desembolsos efetuados pelo Banco do Nordeste.

É importante ressaltar que o número de ocupações mencionado não representa um saldo estático no final do ano, mas sim, dinamiza a entrada de novos trabalhadores, tanto formais quanto informais, dando continuidade aos postos de trabalho existentes, devido à contratação dos financiamentos.

A Tabela 10 apresenta os números de contratações globais do Banco do Nordeste, incluindo a Carteira Própria e o FNE, e suas repercussões econômicas na área de atuação do Banco. De acordo com as estimativas, os impactos incluem um aumento de R\$ 8,41 bilhões na massa salarial e de R\$ 2,01 bilhões na arrecadação tributária.

Tabela 10 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações Globais do BNB em 2024
(Valores em R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas)

Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do BNB ¹									
Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Infraestrutura	Comércio	Serviços	Turismo	Total
Valor Total Contratado em 2024 - Milhões	9.228,6	11.613,7	1.371,8	5.191,4	8.191,1	16.355,5	7.920,9	1.403,3	61.276,3
Resultados por Setor - Área de Atuação do Banco do Nordeste									
Valor Bruto da Produção ²	5.248,8	5.864,4	1.457,5	4.418,9	8.314,2	11.180,73	4626,4	1.002,7	42.113,56
Valor Agregado/Renda ³	2.542,2	2.763,7	535,6	1.712,4	3.614,7	5.805,18	2356,6	455,2	19.785,66
Salários	897,0	1.140,6	245,5	756,6	1.397,3	2.742,28	1023,1	211,8	8.414,25
Tributos	213,2	267,0	67,3	250,0	475,2	483,68	206,5	52,9	2.015,80
Empregos (Nº de pessoas) ⁽⁴⁾	89.383	145.509	16.666	37.383	74.684	153.298	50.176	13.121	580.220
Resultados por Setor - Brasil ⁽⁵⁾									
Valor Bruto da Produção ²	10.508,5	12.485,6	2.553,4	7.934,30	16.032,4	20.347,65	8.825,2	1.839,6	80.526,83
Valor Agregado/Renda ³	4.681,3	5.470,4	986,3	3.150,27	6.804,1	9.616,65	4.099,2	799,0	35.607,22
Salários	1.998,7	2.533,3	464,2	1.473,42	3.017,5	4.702,60	1.925,3	387,0	16.502,10
Tributos	484,3	606,0	122,1	431,71	875,4	951,92	421,3	95,9	3.988,66
Empregos (Nº de pessoas) ⁽⁴⁾	112.074	175.229	21.733	52.052	107.498	193.629	68.692	16.805	747.714

Fonte: Banco do Nordeste/Etene - Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, contemplando os efeitos diretos e indiretos, a partir da aplicação dos recursos. (2) Somatório de todos os bens e serviços produzidos no período. (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção. (4) Empregos formais e informais. (5) Somatório dos impactos produzidos no Brasil, considerando-se, também, o efeito transbordamento.

Considerando exclusivamente os efeitos dentro da área de atuação do Banco do Nordeste, sem incluir impactos em outras regiões do país, estima-se que os financiamentos concedidos pelo Banco em 2024 resultarão, por meio de efeitos diretos e indiretos, em um acréscimo de aproximadamente R\$ 42,11 bilhões no Valor Bruto da Produção (VBP) regional.

Além disso, o valor agregado à economia da área de atuação do Banco, ou valor adicionado - que é uma aproximação da parcela do PIB da Região - , decorrente dos empréstimos e financiamentos, é estimado em R\$ 19,78 bilhões. Esses dados evidenciam a significativa contribuição dos financiamentos do Banco do Nordeste para a economia regional.

1.5 Recursos para Custeio das Políticas Públicas

É importante destacar que os recursos do FNE são originados anualmente, conforme o Art. 6º, da Lei 7.827/89, a partir de 1,8% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses recursos se retroalimentam, principalmente, pelos retornos e resultados de suas aplicações e pelo resultado da remuneração dos recursos, momentaneamente, não aplicados.

Em 2024, o Tesouro Nacional transferiu para o Banco do Nordeste um total de R\$ 15,68 bilhões, destinados exclusivamente às operações de financiamento do FNE. Os recursos destinados ao FNE não retornam ao Tesouro Nacional.

O ativo total do FNE, em 31 de dezembro de 2024, atingiu a marca de R\$ 158,58 bilhões, conforme apresentado na Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 - Recursos para Custeio de Políticas Públicas (R\$ milhões)

Fundo/Programa	Valor Repassado pelo Tesouro Nacional (a)	Valor Restituído ao Tesouro Nacional (b)	Fluxo 2024 (a - b)	Ativo Total 31.12.2024
FNE	15.676,1	-	15.676,1	158.577,2
Total	15.676,1	-	15.676,1	158.577,2

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os exercícios findos em 31.12.2024 e 31.12.2023.

A Tabela 8, a seguir, apresenta informações sobre receitas, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente nas colunas totalizadoras (Total) na tabela 8.

Tabela 8 - Recursos para Custeio de Políticas Públicas (R\$ Mil)

Especificação	2024			2023		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	6.766.194	5.849.224	12.615.418	6.492.539	5.926.679	12.419.218
Receitas de Operações de Crédito	2.837.706	-	2.837.706	3.117.523	-	3.117.523
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.092.193	1.873.099	4.965.292	3.054.256	2.506.523	5.560.779
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	295.892	-	295.892	(190.886)	-	(190.886)
Resultado de Operações de Câmbio	181.229	-	181.229	48.110	-	48.110

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Especificação	2024			2023		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Resultado de Aplicações Compulsórias	22.789	-	22.789	22.579	-	22.579
Outras Receitas	336.385	3.976.125	4.312.510	440.957	3.420.156	3.861.113
Despesas	(2.927.763)	(2.678.547)	(5.606.310)	(2.677.757)	(3.285.958)	(5.963.715)
Despesas de Captação no Mercado	(1.730.384)	-	(1.730.384)	(1.890.182)	-	(1.890.182)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(760.216)	(1.868.336)	(2.628.552)	(233.467)	(2.501.033)	(2.734.500)
Provisão para Risco de Crédito	(437.163)	(810.211)	(1.247.374)	(554.108)	(784.925)	(1.339.033)
Margem Financeira	3.838.431	3.170.677	7.009.108	3.814.782	2.640.721	6.455.503
Rendas de Prestação de Serviços	1.018.858	2.719.909	3.738.767	890.959	2.213.919	3.104.878
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	122.426	-	122.426	122.584	-	122.584
Pasep e Cofins	(217.657)	(311.556)	(529.213)	(211.609)	(262.122)	(473.731)
Resultado após Tarifas e Comissões	4.762.058	5.579.030	10.341.088	4.616.716	4.592.518	9.209.234
Despesas Administrativas			(5.285.948)			(4.684.589)
Despesas de Pessoal			(2.916.922)			(2.687.828)
Outras Despesas Administrativas			(2.369.026)			(1.996.761)
Outras Despesas			(479.468)			(510.424)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(313.077)			(590.810)

Especificação	2024			2023		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Lucro antes da Tributação e Participações			4.262.595			3.423.411
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(1.669.425)			(1.198.293)
Participações no Lucro			(250.604)			(126.819)
Lucro Líquido			2.342.566			2.098.299

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

1.6 Outras Informações sobre Objetivos de Políticas Públicas

Em alinhamento com sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que está incorporada em seu Planejamento Empresarial, destaca-se que o Banco do Nordeste desenvolveu sua Estratégia de Sustentabilidade, fundamentada no conceito de ASG (Ambiental, Social e Governança). Com isso, foi elaborado um conjunto de dimensões e indicadores estruturados para avaliar o desempenho do Banco nesses aspectos, complementando os indicadores econômico-financeiros tradicionais. A Estratégia de Sustentabilidade do Banco do Nordeste possui 2 (dois) eixos de atuação:

- I. Apoiar a sustentabilidade social e ambiental, além de promover a transição para uma economia de baixo carbono;
- II. Operar de forma empresarialmente ecoeficiente e socialmente responsável.

Esses dois eixos se desdobram em dez linhas de ação, que segmentam os indicadores componentes da Estratégia de Sustentabilidade. Cada linha de ação conta com indicadores específicos, permitindo o acompanhamento público do desempenho do Banco em cada dimensão relevante para o desenvolvimento sustentável. Esses indicadores refletem o compromisso do Banco com o bem-estar da população na sua área de atuação e com as partes interessadas, tanto internas quanto externas. São elas:

1. Crédito de impacto positivo;
2. Inclusão social e inserção produtiva;
3. Geração de energia por fontes renováveis;
4. Agricultura familiar e Agronegócio sustentável;
5. Tecnologia, inovação e pesquisa;
6. Acesso à água e ao saneamento;
7. Desenvolvimento territorial e espacialmente distribuído;
8. Ecoeficiência e responsabilidade social e ambiental;
9. Gestão socialmente responsável;

10. Governança, integridade e transparência.

A estratégia de Governança Socioambiental (ASG) do Banco do Nordeste não apenas monitora indicadores específicos, mas também utiliza referenciais externos para avaliar o desempenho corporativo em ASG, orientando ações para o alcance de metas institucionais. Relatórios periódicos são elaborados e divulgados com o engajamento ativo de partes interessadas (*stakeholders*), e submetidos à análise da Governança da Sustentabilidade.

Essa estratégia está integrada às diversas áreas, às políticas e aos programas internos do Banco. Além disso, considera referenciais importantes como pactos e acordos voluntários relacionados aos temas socioambientais e climáticos, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, às normas da *Global Reporting Initiative (GRI)*, bem como regulações do Sistema de Autorregulação Bancária (Sarb) nº 14/2014 e suas atualizações.

A estratégia ASG do Banco do Nordeste prioriza os seguintes ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’ (ODS):

- Erradicação da Pobreza (1)
- Fome Zero e Agricultura Sustentável (2)
- Igualdade de Gênero (5)
- Água Potável e Saneamento (6)
- Energia Limpa e Acessível (7)
- Trabalho Decente e Crescimento Econômico (8)
- Indústria, Inovação e Infraestrutura (9)
- Redução das Desigualdades (10)
- Ação Contra a Mudança Global do Clima (13)
- Paz, Justiça e Instituições Eficazes (16)

Esses objetivos refletem a missão do Banco com o desenvolvimento sustentável e com a responsabilidade socioambiental, em suas operações.

Maiores detalhes sobre as linhas de ação, bem como o desempenho do Banco do Nordeste em cada um dos indicadores, podem ser acessados no relatório anual de sustentabilidade disponível no *site* oficial do Banco (acessados em [Estratégia ASG - Sustentabilidade - Sobre o Banco - Portal Banco do Nordeste \(bnb.gov.br\)](#)). Através deste documento, os *stakeholders* podem obter informações detalhadas sobre as iniciativas e resultados do Banco no cumprimento de seus compromissos socioambientais e de governança.

1.7 Compromissos do Banco do Nordeste em relação às Políticas Públicas

Na sua estratégia corporativa, o Banco do Nordeste adota a metodologia Gestão para Resultados (GpR), em seu modelo de Planejamento Empresarial. O valor público da Instituição é refletido pelo reconhecimento de seus clientes e pela confiança da população impactada por suas ações.

É importante destacar que a estratégia do Banco do Nordeste é desenvolvida em conformidade com uma série de documentos legais e diretrizes estratégicas que orientam as instituições financeiras de economia mista. Entre os principais referenciais, estão:

- A Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 30/06/2016);
- O Plano Plurianual do Governo Federal (PPA);
- A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE);

- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030;
- Os Princípios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG);
- O Plano de Transformação Ecológica.

Esses documentos fornecem o arcabouço normativo e as diretrizes necessárias para que o Banco alinhe suas estratégias corporativas às políticas públicas e aos compromissos de sustentabilidade e governança.

O Planejamento Empresarial do Banco do Nordeste é quinquenal, revisado anualmente e estruturado em torno de 10 Diretrizes Estratégicas, que são consideradas de forma transversal, influenciando as orientações estratégicas em todos os níveis do planejamento.

A Figura 1, apresentada a seguir, ilustra as Diretrizes Estratégicas, decrevendo a quantidade de orientações estratégicas associadas a cada uma delas.

Figura 1 - Diretrizes Estratégicas



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Dentre as dez Diretrizes Estratégicas estabelecidas, cinco estão diretamente associadas às contribuições do Banco do Nordeste para as políticas públicas, a saber:

- Promover o Desenvolvimento Regional Sustentável;
- Ser o Banco da Micro, Pequena e Média Empresa;
- Fazer o FNE cada vez melhor;
- Consolidar a Liderança no Microcrédito;
- Diversificar as Fontes de Recursos Financeiros.

Essas Diretrizes refletem o compromisso do Banco em apoiar o desenvolvimento econômico e social da Região, fortalecendo setores-chave e ampliando o acesso aos financiamentos estratégicos.

‘Promover o Desenvolvimento Regional Sustentável’ constitui a missão definida para o Banco do Nordeste, desde a sua criação. Para possibilitar a execução dessa missão, o Banco foi dotado de instrumentos operacionais e financeiros significativos, dentre os quais se destaca a gestão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

É imprescindível assegurar que a Instituição esteja preparada para realizar negócios e formar alianças estratégicas, visando o desenvolvimento regional sustentável em curto, médio e longo prazos. Isso contribui, significativamente, para a melhoria dos indicadores sociais, econômicos e ambientais.

Em alinhamento ao PRDNE, no contexto do desenvolvimento sustentável, o Banco precisa centralizar esforços no apoio aos fatores indutores ou relacionados ao desenvolvimento, além da infraestrutura, tais como: sustentabilidade social, ambiental e climática, inovação e difusão tecnológica, associativismo, microfinanças rural e urbana, economia criativa, bioeconomia, serviços ligados ao turismo, atividades voltadas à exportação, fortalecimento dos elos das principais cadeias produtivas regionais, financiamentos orientados e integrados às parcerias institucionais, públicas e privadas.

Além dos fatores essencialmente técnicos, econômicos e financeiros, a estratégia de desenvolvimento sustentável da Região Nordeste necessariamente envolverá a consolidação e o aprofundamento dos avanços sociais, com ênfase na priorização e na universalidade da educação de qualidade, nos avanços no mercado de trabalho e nas melhorias das condições de vida da população. O objetivo é reduzir a pobreza, as desigualdades de renda e gerar oportunidades.

Nesse contexto, considerando que o conjunto dos fatores mencionados anteriormente são desencadeadores do desenvolvimento regional sustentável, surgiu a necessidade de o Banco do Nordeste destacar a **‘Promoção do desenvolvimento regional sustentável’** como um elemento norteador adicional para o seu Planejamento Estratégico, de médio e longo prazo.

Quanto a **‘Ser o Banco da micro, pequena e média empresa’**, como visto no item 1.2.5, o Banco do Nordeste tem aumentado significativamente sua atuação junto aos segmentos de micro e pequenas empresas ao longo dos anos, intensificando o seu compromisso com o atendimento a esse segmento empresarial.

Nessa circunstância, a tendência é de que o Banco atue cada vez mais no atendimento às micro, pequenas e médias empresas, sendo fundamental para a sua evolução a busca contínua por novos produtos, melhorias nos processos e inovações nos modelos de atendimento.

Além disso, as soluções externas para o varejo, especialmente aquelas que envolvem a oferta de soluções digitais e a agilidade dos processos de concessão de crédito serão decisivas para o avanço da Instituição.

‘Fazer o FNE cada vez melhor’ implica aumentar o volume de contratações de maneira ágil e com conformidade, promovendo o desenvolvimento baseado em orientação, conhecimento e capacitação. Isso não só proporciona a competitividade das empresas, como também gera emprego e renda, reduz desigualdades e fomenta a sustentabilidade social, ambiental e climática.

Portanto, aplicar o FNE com eficácia, eficiência, efetividade, conformidade e ética é crucial para gerar cada vez mais emprego e renda, fortalecendo a base empresarial e econômica da Região e, conseqüentemente, resultando em receitas justas ao Banco do Nordeste.

É importante ressaltar que o Banco do Nordeste possui expertise consolidada no mercado de microfinanças, com reconhecimento internacional. Por meio dos programas Agroamigo e Crediamigo, o Banco assume a liderança na América Latina neste setor estratégico, sendo fundamentais para a inclusão financeira e desempenham um papel crucial na geração de trabalho e renda, beneficiando microempreendedores tanto em áreas rurais quanto urbanas.

Entretanto, para **‘Consolidar a liderança no microcrédito’**, oferecendo crédito de forma oportuna e tempestiva a quem precisa, com as condições de permissão para o acesso, alguns desafios devem ser considerados, como por exemplo:

- modernizar as operações de microfinanças através do uso intensivo dos meios digitais, aperfeiçoando as tecnologias digitais a fim de otimizar a qualidade do atendimento e a conveniência dos clientes, reduzir custos, agilizar processos, elevar o volume de negócios e manter a eficiência operacional crescente;
- contribuir com o processo de inclusão digital dos clientes de microfinanças;
- ampliar os canais de atendimento aos clientes de microfinanças e modernizar as Unidades de Atendimento atuais;
- ampliar o *market share* atual devido à entrada de novos concorrentes;
- manter a qualidade da carteira ativa; e
- promover ações de marketing na área de atuação do banco junto ao público de microfinanças, elevando o *Top Of Mind*.

Já a necessidade de ‘**Diversificar as fontes de recursos financeiros**’ torna-se evidente devido à crescente procura por investimentos em infraestrutura - seja de logística, saneamento, energia ou outros setores com demanda intensiva de capital. Isso é particularmente notável na função dos projetos estruturantes já apresentados no *pipeline* do Banco, além da expectativa de novos projetos na área de hidrogênio verde.

Considerando a perspectiva de crescimento da economia da Região e a crescente estruturação da demanda por crédito para infraestrutura, novas fontes de energia, agronegócio, comércio, serviços e projetos de Parcerias Público-Privadas (PPP), entre outros setores estratégicos, observa-se que o orçamento do FNE não tem crescido na mesma proporção da demanda.

Em função disso, para permanecer competitivo e cumprir sua missão institucional, o Banco do Nordeste necessita diversificar suas fontes de recursos financeiros. Isso pode ser realizado por meio da captação de recursos junto a organizações multilaterais, através do mercado de capitais e/ou por outras fontes nos mercados locais e internacionais.

Para possibilitar o aumento dos financiamentos à infraestrutura da Região Nordeste, atendendo tanto às futuras demandas quanto às necessidades já existentes, além de manter o enquadramento do Banco nos princípios de Basileia foi autorizado pelo Banco Central, em 11 de setembro de 2024, a integralização de um aporte de capital de R\$ 1,4 bilhão pelo Governo Federal. Essa medida possibilitou o aumento da carteira de ativos do Banco, com a elevação da margem de capital.

No ano de 2024, os indicadores corporativos financeiros e de negócios tiveram suas metas negociais corporativas formuladas com base no Planejamento Financeiro desenvolvido pela área de Controladoria.

O Planejamento Financeiro define o volume de capital-alvo que o Banco deve buscar, avaliando o impacto correspondente no resultado e no patrimônio, e assim direcionando os esforços estratégicos de crescimento da Instituição. Para o ano de 2025, espera-se um aumento significativo nos negócios de crédito, com a previsão de utilização de recursos internos e de outras fontes na ordem de R\$ 4,41 bilhões.

Cabe destacar a criação de um novo indicador corporativo financeiro, o Crédito de Contribuição Positiva, que visa avaliar a qualidade da carteira de crédito do Banco do Nordeste sob a perspectiva da sustentabilidade, atuando como direcionador dos esforços das unidades táticas e operacionais, em prol da realização de negócios sustentáveis.

Diante deste contexto, fica evidente que o macrodirecionamento estratégico do Banco do Nordeste está direcionado ao cumprimento da sua missão de promover o desenvolvimento em sua área de atuação.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 Atividades Desenvolvidas

O modelo de negócios do Banco do Nordeste está estruturado em segmentos, produtos, serviços e linhas de crédito, voltadas para o desenvolvimento da sua área de atuação:

- a) Segmentos de clientes: atendem empresas de todos os portes (*corporate*, grande, média, pequena empresa e microempresa), segmentos do setor rural (agronegócio, pequeno e miniprodutor rural e agricultura familiar), setor de microfinanças (urbana e rural) e segmentos pessoa física, entidades representativas e Governo, segmento responsável por atender instituições da administração pública direta e indireta.
- b) Portfólio de produtos e serviços abrange:
 - Operações de infraestrutura;
 - Operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo:
 - Operações de crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros;
 - Operações de crédito para capital de giro;
 - Operações de crédito rural, inclusive agronegócio;
 - Operações de microcrédito para empreendedores urbanos e agricultores familiares.
 - Gestão de portfólio e análise de crédito para fundos e programas do governo;
 - Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos à vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;
 - Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazos como debêntures, notas promissórias, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), entre outros;
 - Gestão de ativos de terceiros, consistindo na gestão de fundos de investimento para pequenos, médios e grandes investidores.
- c) Linhas de negócio:
 - Crédito Especializado;
 - Crédito para Infraestrutura;
 - Crédito para Microfinança Urbana;
 - Crédito para Microfinança Rural;
 - Crédito para Capital de Giro.

Para alcançar maior cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco do Nordeste realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco encerrou o ano de 2024 com 1.010 pontos físicos de atendimento, conforme detalhado no 1.1 desta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

2.2 Assistência Médica e Previdenciária dos Funcionários do BNB

2.2.1 Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed)

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed Saúde), parte do Grupo Camed, encerrou 2024 com 38.119 beneficiários em todo o território nacional, demonstrando ampla atuação e compromisso com o atendimento. A instituição registrou superávit de aproximadamente R\$ 15 milhões, resultado da redução de 15% nas despesas administrativas em relação ao projetado, crescimento de R\$ 2,2 milhões nas receitas de aplicações financeiras, e um resultado de equivalência patrimonial de R\$ 35 milhões (36% a mais que em 2023). O índice de sinistralidade manteve-se próximo ao patamar de 2023 e ao projetado para 2024 (98%), graças às ações de controle de custos assistenciais. Esses resultados garantem a solidez financeira da Camed Saúde e o cumprimento das exigências da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Em conformidade com a Resolução nº 36, de 4 de agosto de 2022, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), e considerando a responsabilidade suplementar do patrocinador estatal na supervisão e fiscalização dos planos de benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão, o Banco do Nordeste, com base nas avaliações internas realizadas, concluiu que as práticas adotadas estão em conformidade com as determinações legais vigentes.

2.2.2 Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef)

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef), uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) fundada em 1967, administrava R\$ 7,13 bilhões em investimentos até 31 de dezembro de 2024. Esses investimentos estão distribuídos em três planos, dos quais dois são patrocinados pelo Banco: o Plano BD (benefício definido) e o Plano CV I (contribuição variável). No segundo semestre de 2024, a Capef atendia a 12.842 participantes e beneficiários nesses dois planos.

O Plano BD contava com 1.017 participantes ativos e 5.121 assistidos, sendo 3.569 aposentados e 1.552 pensionistas. Apresentou uma rentabilidade de 8,67%, o que representa 84,42% da meta atuarial de 10,27%.

O Plano CV I, que está na fase de acumulação, tinha 6.201 participantes ativos e 503 assistidos, entre os quais 407 aposentados e 96 pensionistas, com uma rentabilidade de 4,00%, equivalendo a 39,69% da meta de 10,07%.

Embora o Plano CV I tenha apresentado resultados abaixo da meta atuarial em quatro dos últimos dez anos - especificamente em 2015, 2021, 2022 e 2024 -, principalmente devido à marcação a mercado de títulos públicos, ambos os planos apresentam riscos significativamente mitigados para o Banco do Nordeste. O Plano BD, em particular, demonstrou consistência atuarial ao longo de mais de duas décadas, evitando a necessidade de planos de equacionamento de déficits. Além disso, o patrimônio de ambos os planos é considerado adequado para cumprir com suas obrigações.

Vale ressaltar que os modelos de ambos os planos são estruturados de forma a minimizar riscos para o patrocinador, Banco do Nordeste. No Plano CV I, que é majoritariamente baseado no modelo de contribuição definida, o risco é reduzido pela natureza do próprio modelo. Já no Plano BD, a regra de reajuste dos benefícios vinculada ao desempenho dos investimentos ajuda a assegurar uma gestão de risco eficaz.

2.3 Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Risco

A Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Controles Internos do Banco do Nordeste fundamenta-se em pilares essenciais: boas práticas de governança corporativa; integridade das pessoas e seus valores éticos; compromisso dos empregados em atuar com foco nos objetivos empresariais e transparência; e uma estrutura organizacional que garante a segregação de funções, permitindo a delegação adequada de autoridade e atribuições. Adicionalmente, as políticas e práticas de gestão de riscos, *compliance* e segurança da informação são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, processos e atividades do Banco do Nordeste.

Seus principais objetivos são:

- i. manter os riscos relevantes dentro dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS);
- ii. testar e avaliar a conformidade da Instituição com o arcabouço legal, a regulamentação infralegal, as recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, os códigos de ética e conduta;
- iii. monitorar o fluxo de informações para assegurar consistência tanto na tomada de decisão quanto na prestação de contas;
- iv. contribuir para a otimização dos resultados empresariais; e
- v. realizar testes de estresse para avaliar o impacto de eventos extremos e inesperados sobre o patrimônio, sobre os resultados e o capital da Instituição.

O ano de 2024 foi marcado pelo processo final de adequação dos sistemas à Resolução CMN Nº 4.966/2021, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025, introduzindo mudanças significativas na forma como as instituições financeiras do Brasil calculam e contabilizam as perdas esperadas em seus instrumentos financeiros. Compreendendo a relevância dessa mudança e seu impacto nos processos de gestão de riscos, o Banco do Nordeste direcionou esforços significativos para garantir a implantação do novo normativo. Trabalho esse conduzido tanto pela Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Segurança quanto por projetos específicos criados para gerir eficientemente a implementação do citado normativo. Esses projetos também coordenaram as ações necessárias para alinhar as orientações de negócios com as unidades gestoras de produtos, serviços e de segmentação de clientes. Como exemplo dessas ações, destaca-se o desenvolvimento de mais de uma dezena de modelos de gestão de riscos, fundamentais para o processo decisório em gestão de risco e crédito, balizados pela referida Resolução.

Para obter mais informações sobre as Estruturas de Controles Internos e o Gerenciamento de Riscos do Banco do Nordeste, consulte a Seção 5 do [Formulário de Referência](#), disponível em <https://www.bnb.gov.br/documentos-cvm> ou consulte o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, acessível em <https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-gestao-de-riscos>.

2.3.1 Fatores de Risco

As mudanças no ambiente regulatório, tanto para os bancos comerciais como para os bancos de desenvolvimento, assim como os cenários econômicos nacional e global são exemplos de fatores que podem impactar significativamente os resultados do Banco do Nordeste. De forma mais específica, os principais fatores de risco associados às operações do Banco estão detalhados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

No contexto da gestão de riscos, o Banco do Nordeste fundamenta suas práticas na RAS e na Política Corporativa de Gestão de Riscos. Esses documentos, aprovados pelo Conselho

de Administração são elaborados considerando o Planejamento Estratégico e o Plano de Capital da Instituição. A RAS especifica os riscos relevantes, determinados pelo seu potencial impacto nos objetivos estratégicos do Banco.

Em 2024, os riscos considerados **relevantes** incluíram: a) risco de crédito, b) risco de concentração, c) risco de mercado, d) risco de variação da taxa de juros da carteira bancária (IRRBB), e) risco de liquidez, f) risco operacional, g) risco de estratégia, h) risco reputacional, i) risco de capital, j) risco social, k) risco ambiental, l) risco climático, m) risco atuarial, n) risco cibernético, o) risco de modelos, e p) risco de conformidade.

A Política Corporativa de Gestão de Riscos consolida tanto esses riscos, como também as orientações e diretrizes que devem ser seguidas para a gestão contínua e integrada de todos os riscos relevantes.

Para mais informações, consulte a Seção 4 do [Formulário de Referência](https://www.bnb.gov.br/documentos-cvm), disponível no *site* <https://www.bnb.gov.br/documentos-cvm>, ou acesse o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, encontrado em <https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-gestao-de-riscos>.

2.4 Dados Econômico-Financeiros

Os ativos globais do Banco do Nordeste alcançaram R\$ 69,96 bilhões ao final de 2024, representando um aumento de 6,4% em comparação com os R\$ 65,73 bilhões registrados em dezembro de 2023. Esses ativos incluem os recursos disponíveis do FNE e os valores comprometidos com operações de crédito desse Fundo, referentes às operações contratadas e que aguardam liberação de recursos.

Quanto à composição do saldo, destaca-se um crescimento de 29,9% nas operações de crédito, passando de R\$ 13,20 bilhões em dezembro de 2023 para R\$ 17,15 bilhões em dezembro de 2024. Por outro lado, a carteira de ‘Títulos e Valores Mobiliários’, somada às ‘Aplicações Interfinanceiras e Disponibilidades’, totalizou R\$ 46,52 bilhões, uma redução de 0,1% em relação aos R\$ 46,59 bilhões de dezembro de 2023. O aumento nos ativos totais do Banco foi impulsionado principalmente pelo crescimento nas operações de crédito.

O Banco do Nordeste apresentou um Patrimônio Líquido - PL de R\$ 13,95 bilhões ao término de 2024 (R\$ 10,71 bilhões em dezembro/2023). A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio foi de 19,1% a.a. no exercício de 2024 (21,2% a.a. no exercício de 2023). Sobre a elevação do PL, esclarecemos que em dezembro de 2023 o BNB recebeu um aporte de R\$ 1,4 bilhão de seu acionista controlador, visando aumento de seu Capital Social. Após finalização do devido processo societário e da autorização por parte do regulador, incorporou-se ao Capital do BNB o montante total de R\$ 1.451.827 no mês de setembro de 2024.

O Lucro Líquido acumulado no ano de 2024 alcançou a cifra de R\$ 2.342,57 milhões, o que representou um aumento de 11,6% em relação ao resultado de R\$ 2.098,30 milhões apurado no exercício de 2023. O Resultado Operacional atingiu o montante de R\$ 4.232,61 milhões, representando um acréscimo de 24,1% em relação ao valor de R\$ 3.411,00 milhões obtido no ano anterior.

Destacam-se os seguintes fatores que contribuíram para elevação do lucro no exercício de 2024, em relação ao ano 2023:

- a) Elevação na margem financeira gerada pelas operações de crédito com recursos próprios e terceiros;
- b) Crescimento das receitas provenientes da prestação de serviços;

- c) Aumento da recuperação de operações anteriormente baixadas do Ativo, com destaque para os efeitos positivos das renegociações/liquidações do Programa Desenrola e da Lei 14.554/2023, além da redução da inadimplência das operações de crédito no ano de 2024; e
- d) Redução das Contingências Jurídicas.

Por outro lado, registram-se os seguintes fatores que reduziram a lucratividade do BNB no mesmo período:

- a) Aumento de Despesas Administrativas (Pessoal e Outras), efeito que foi mitigado pelo crescimento nas receitas auferidas pelo Banco, o que repercutiu em um maior Resultado Operacional e melhoria no indicador de Eficiência Operacional; e
- b) Acréscimos de despesas relacionadas com tributação sobre o lucro (IR/CSLL) e com participações estatutárias, por conta de um maior resultado do período, menor dedução de provisões da base de cálculo dos tributos e alteração do percentual de distribuição do resultado aos empregados.

O Resultado Recorrente, por sua vez, cresceu 7,1% (R\$ 2.221,40 milhões no exercício de 2024, contra R\$ 2.074,37 milhões no exercício de 2023).

2.5 Políticas e Práticas de Governança Corporativa

A governança no setor público é entendida como “*um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com o propósito de condução de políticas públicas e prestação serviços que atendam aos interesses da sociedade*”. Essa definição, conforme o Tribunal de Contas da União (TCU), reflete a importância de estruturas de governança para a efetividade das ações.

A estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste, conforme definida em seu Estatuto Social, está alinhada às melhores práticas de mercado. Essa estrutura visa fortalecer o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional da Instituição. A governança é composta por órgãos responsáveis por avaliar, direcionar e monitorar a gestão, incluindo o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, e Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital. Além disso, a estrutura conta com a Auditoria Interna, a Ouvidoria, a Diretoria Executiva e a Comissão de Ética.

Além do Estatuto Social, o Banco do Nordeste conta com Regimentos Internos que orientam as ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em conformidade com as regulamentações, leis vigentes e demais normativos aplicáveis, assegurando a governança corporativa de forma coesa e alinhada aos padrões de mercado.

O Banco do Nordeste também inclui em sua estrutura de governança o Conselho Fiscal, órgão responsável por fiscalizar e acompanhar os atos dos administradores, assegurando o cumprimento dos deveres legais, das políticas internas e do Estatuto Social da Instituição.

Além dos documentos previamente citados, o Banco do Nordeste disponibiliza na Internet o Código de Conduta Ética e Integridade, acessível a todos os interessados. Esse código é o principal instrumento que orienta a ética empresarial na Instituição, refletindo o compromisso com a transparência e o acesso público às informações. Em 2023, o Código foi revisado para reforçar a promoção de condutas éticas e prevenir qualquer postura que contrarie a Política de Integridade do Banco.

No contexto da governança corporativa, o Banco do Nordeste implementou uma Política de Integridade e Ética. Essa política engloba mecanismos e procedimentos internos, voltados para a integridade, auditorias e incentivo à denúncia de irregularidades. Além disso, visa a aplicação efetiva de códigos de ética e conduta, políticas e diretrizes, destinadas a identificar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam afetar a administração pública, tanto nacional quanto estrangeira.

Atualmente, o Banco do Nordeste possui um retrato mais preciso de seu corpo funcional, graças ao Censo da Diversidade. Realizado com o objetivo de coletar e divulgar informações sobre a administração e os trabalhadores, o censo foca em dados autodeclarados de gênero, raça, cor, faixa etária, dentre outros indicadores de diversidade. Este levantamento é uma ação institucional crucial para a coleta de informações que permitirão ao Banco planejar e implementar ações afirmativas de forma mais eficaz.

No último ano, todos os administradores do Banco participaram de treinamentos focados em legislação societária e de mercado de capitais, práticas de divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), além de temas contemporâneos como Transformação Digital, Inovação e ASG (Ambiental, Social e Governança). Esses esforços evidenciam o compromisso do Banco e de sua Alta Administração com a adoção das melhores práticas de governança corporativa.

A tomada de decisões no Banco do Nordeste é conduzida de forma colegiada em todas as suas unidades, visando fortalecer e assegurar maior segurança à governança corporativa. Para mitigar os riscos inerentes ao processo decisório, o Banco utiliza comitês e comissões especializados.

Além disso, o Banco implementa mecanismos de gestão alinhados às melhores práticas de Governança Corporativa, que asseguram efetividade e independência na gestão de riscos, controles internos e *compliance*, reforçando o compromisso com a governança e a transparência.

2.6 Composição e Remuneração dos Administradores

A remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, é fixada anualmente em Assembleia Geral de Acionistas, após apreciação prévia da proposta pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, órgão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sendo regulamentada pelo Estatuto Social do Banco do Nordeste (art. 20), Lei nº 6.404/76, Decreto 8.945/16 e a Resolução CMN nº 3.921/10.

O objetivo é garantir a remuneração adequada aos administradores, alinhada com as práticas de mercado e a capacidade financeira da empresa, respeitando os limites estabelecidos pelo órgão controlador. A remuneração total inclui uma parte fixa, uma parte variável e benefícios. O Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) do Banco é parte da remuneração variável e sua distribuição obedece ao alcance de metas corporativas, individuais e específicas por Diretoria.

Para obter informações detalhadas sobre a política de remuneração dos administradores do Banco do Nordeste, consulte a Seção 8 do Formulário de Referência. O documento está disponível no *site* do Banco do Nordeste, na seção 'Documentos CVM', em 'Formulários de Referência'. Acesse através do *link*: <https://www.bnb.gov.br/documentos-cvm>.

2.7 Inovações em Governança Corporativa

O Banco do Nordeste estruturou a equipe de assessores diretamente subordinada ao Gabinete da Presidência. Essa equipe é responsável por atividades que requerem intensa interação com os Comitês Estatutários e o Conselho de Administração. As funções desempenhadas por esses assessores exigem maturidade profissional e conhecimento aprofundado da organização, incluindo suas políticas, a regulação setorial e a legislação aplicável. Isso se deve à necessidade de manter um diálogo efetivo com os mais altos níveis de liderança, reportando-se diretamente ao mais alto escalão da administração do Banco.

A criação dessa estrutura de governança do Banco composta pela nova assessoria promoveu melhorias significativas nos processos e métodos de trabalho do Banco do Nordeste, por conter empregados dedicados em atuar de forma integrada e colaborativa junto aos colegiados. Isso permitiu o desenvolvimento de novas atividades em resposta às necessidades dos membros do Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2024, em conformidade com o inciso I do art. 8º da Lei nº 13.303/2016.

Em 30 de Maio de 2025.

SÁVIA GAVAZZA DOS SANTOS
Presidente

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA

ADAUTO MODESTO JUNIOR

LUIZ ALBERTO DA SILVIA JÚNIOR

LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA

OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

ROMILDO CARNEIRO ROLIM



**Banco do
Nordeste**